

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 31-5-2021.

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Giovani e Coletivo, Karen Santos, Márcio Bins Ely e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 022/21 (Processo nº 0515/21), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 082/21 (Processo nº 0248/21), de autoria de Laura Sito, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos e Matheus Gomes; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/21 (Processo nº 0400/21), de autoria de Lourdes Sprenger. Também, foram apregoados os seguintes ofícios, do Prefeito: nº 773/21, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 008/21 (Processo nº 0532/21); nº 774/21, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/20 (Processo nº 0379/20). Ainda, foi apregoadado requerimento de autoria de Kaká D'Ávila, solicitando licença para tratamento de saúde do dia vinte e oito de maio ao dia dois de junho do corrente, tendo o Presidente informado que Conselheiro Marcelo fora empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, integrando a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. A seguir, foi apregoadado requerimento de autoria de Bruna Rodrigues, solicitando licença para tratamento de saúde do dia trinta e um de maio ao dia quatro de junho do corrente, tendo o Presidente declarado Giovani e Coletivo empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seus diploma e declaração de bens, bem como a indicação do nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, informando-o que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Em continuidade, Giovani e Coletivo pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Após, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Sebastião Melo, Ricardo Gomes, Cassio Trogildo e Rodrigo Machado Costa, respectivamente Prefeito, vice-Prefeito, Secretário Municipal de Governança Local e Articulação Política e Diretor-Geral do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Sebastião Melo, que se pronunciou acerca da previdência municipal. Em sequência, o Presidente registrou as presenças de Roberto Silva da Rocha, Procurador-Geral do Município, Cezar Schirmer, Secretário

Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos, André Barbosa, Secretário Municipal de Administração e Patrimônio, Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Articulação Política, Alexandre Borck, Secretário Municipal Adjunto de Governança Local e Articulação Política, Rodrigo Sartori Fantinel, Secretário Municipal da Fazenda, Pablo Mendes Ribeiro, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Rodrigo Machado Costa, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, Luciano Marcantônio, Secretário Municipal Adjunto de Governança Local e Articulação Política, Reginaldo Pujol, Assessor Especial do Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jessé Sangalli, Roberto Robaina, Mônica Leal, Claudio Janta e Pedro Ruas. Também, pronunciaram-se sobre o tema em debate Leonel Radde, Ramiro Rosário, Fernanda Barth, Mauro Pinheiro, Comandante Nádia, Pablo Melo, Felipe Camozzato, Daiana Santos, Matheus Gomes, Cassiá Carpes, Reginete Bispo, Cláudia Araújo, Karen Santos, Alexandre Bobadra, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Jonas Reis, Mari Pimentel, Giovanni e Coletivo, Moisés Barboza, Aírto Ferronato e Idenir Cecchim. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Sebastião Melo, para considerações finais acerca do tema em debate. Em continuidade, foi apregoada representação de Roberto Robaina em face de Alexandre Bobadra (Processo SEI nº 050.00031/2021-53). Durante a sessão, foi registrada a presença de Sofia Cavedon, Deputada Estadual. Às dezoito horas e cinquenta e um minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras presentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

O Ver. Kaká D'Ávila solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 28 de maio a 2 de junho. O suplente Conselheiro Marcelo foi empossado na vereança no dia 28 de maio de 2021, em solenidade realizada no Gabinete da Presidência, passando a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos de anunciar a presença do Exmo. Sr. Prefeito Sebastião Melo e, desde já, o convidamos para compor a Mesa. Convidamos também para compor a Mesa o Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito; o Sr. Rodrigo Sartori Fantinel, Secretário Municipal da Fazenda; o Sr. Rodrigo Machado Costa, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos; o Sr. Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Articulação Política.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apregoo requerimento firmado pela Ver.^a Bruna Rodrigues, solicitando Licença para Tratamento de Saúde, do dia 31 de maio de 2021 ao dia 04 de junho de 2021. O Ver. Giovanni e Coletivo se encontra no plenário e já procedeu à entrega do diploma e da declaração pública de bens e da indicação do seu nome parlamentar. Convido a todos a ouvirem a prestação do compromisso legal pelo suplente Giovanni e Coletivo.

SUPLENTE GIOVANI e COLETIVO (PCdoB): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossado o Ver. Giovanni e Coletivo. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Ver. Giovanni e Coletivo, V. Exa. integrará a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento e Mercosul – CEFOR.

Gostaríamos também de registrar a presença da deputada Sofia Cavedon. Obrigado pela presença.

O Ver. Giovanni e Coletivo está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR GIOVANI e COLETIVO (PCdoB): Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; cumprimento o senhor assim como os demais vereadores e vereadoras desta Casa. Chego a esta Casa num momento bastante especial; cumprimento o Sr. Prefeito Sebastião Melo, que está presente na nossa sessão legislativa de hoje.

Eu hoje temporariamente substituo a nossa vereadora líder da bancada do PCdoB, Ver.^a Bruna Rodrigues. Sobre a minha chegada a esta Câmara de Vereadores, eu gostaria de fazer algumas considerações. A primeira delas é que ela demonstra a representatividade, a diversidade e a pluralidade que marcam o meu partido, o Partido Comunista do Brasil. Nós temos aqui nesta Casa duas titulares, duas mulheres negras e de luta, uma bancada 100% negra e feminista. E hoje, Daiana, eu e tu compusemos aqui nesta Casa uma bancada 100% LGBT. A minha chegada à Câmara de Vereadores também não é uma chegada individual, chego aqui eleito suplente de vereador em Porto Alegre, junto assim como tu, Ver.^a Reginete, em uma candidatura coletiva porque disputamos as eleições de 2020 com três desafios principais. O primeiro justamente é transformar radicalmente a lógica da representação política na nossa cidade. Nós não

aceitamos e não sucumbimos à lógica personalista em que a política é usada apenas em defesa dos interesses individuais; nós acreditamos, sim, numa política coletiva, Reginete. Nós chegamos aqui para defender uma Porto Alegre que olhe para todos e para todas. Eu acompanho as sessões desta Casa e sei que muitos dos meus colegas vereadores dizem que temos que defender Porto Alegre, mas Porto Alegre não é uma cidade só. Porto Alegre é uma cidade de brutais desigualdades. E a nossa chegada é justamente para olhar para aqueles que não têm a oportunidade de políticas públicas, aqueles que sofrem com o desemprego, aqueles jovens estudantes que enfrentam, neste momento de pandemia, insegurança alimentar, sofrem com a evasão e com o abandono. É onde o Estado não chega que nós queremos representar nesta Câmara de Vereadores e Vereadoras, mas a nossa chegada aqui também tem o desafio de fazer a luta na nossa cidade e no Parlamento Municipal para construir, em Porto Alegre, um território livre do fascismo. E eu falo isso porque hoje, segunda-feira, por mais que os jornais do Brasil e aqui da nossa cidade não abordem o assunto, nós tivemos no Brasil inteiro, no último sábado, mobilizações gigantescas que ocuparam as ruas de todo o nosso país, para dar um recado em defesa da vida, em defesa da democracia e da educação. Em Porto Alegre não foi diferente, aqui, homens e mulheres de coragem, jovens, estudantes estiveram nas ruas com todos os cuidados necessários, com álcool em gel, com distanciamento, com máscaras adequadas dando um exemplo das medidas sanitárias necessárias neste momento, mas justamente para dar o recado e a resposta de Porto Alegre de um grito que estava entalado na nossa garganta de que nós queremos o nosso direito à vida respeitada, que nós queremos vacina, que nós não aceitamos a fome que o nosso povo está submetido, que nós queremos que a educação seja respeitada na nossa cidade e no país inteiro. E é justamente por isso, Prefeito Sebastião Melo, que termino essa minha primeira fala nesta Casa te fazendo um apelo, porque legitimamente Porto Alegre te elegeu prefeito, mas não assinou um cheque em branco que adere ao negacionismo. Nós sabemos que o único tratamento precoce possível é a vacina e nós queremos que a nossa cidade se dedique exatamente na garantia de vacina para todos os cidadãos e cidadãs desta cidade. Por fim, quero dizer que a minha chegada aqui, a chegada do Movimento Coletivo, também é um retorno a esta Casa da União da Juventude Socialista, entidade que presido no Rio Grande do Sul e que aqui já estive com Manuela d'Ávila, a vereadora mais jovem até hoje da história da nossa cidade. E eu, assim como ela e toda a nossa organização acreditamos e estamos aqui porque a política pode ser, sim, um espaço de defesa dos direitos do nosso povo e de transformação da realidade. Muito obrigado a todos e todas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu queria anunciar aos nossos vereadores, nossos colegas, que, após o desarquivamento do PLCE nº 018/20, estamos apresentando uma emenda sobre as alíquotas que passariam de 14% para 22%.

Em seguida estará à disposição para os vereadores que assinarem esta emenda. Portanto, Sr. Presidente, queria dar conhecimento aos vereadores e ao prefeito também que esta emenda está protocolada e vamos discuti-la. Inclusive já pedimos audiência pública para o PLCE nº 018/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Sebastião Melo, Prefeito Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO MELO: Presidente Márcio, meus cumprimentos a V. Exa.; quero estender os cumprimentos a toda Mesa Diretora; quero cumprimentar nosso líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim; nossa vice-líder do governo, a Ver.^a Comandante Nádia; quero estender a todos os demais líderes de bancada e especialmente a todos os demais vereadores e vereadoras desta Casa a que servi por 12 anos. Tenho aqui como uma das melhores escolas da política brasileira, porque sei que todos que estão aqui foram como nós, eu e o Ricardo, guindados pelo voto popular; independentemente das legislaturas, todos amam esta cidade e querem o bem dela. Para mim, vir ao Parlamento é motivo de muito orgulho porque eu sou um parlamentarista convicto. Acho que um dos grandes males do Brasil é esse presidencialismo imperial, porque acho que o diálogo em construção é o caminho para melhorar a vida do Brasil, a vida dos estados e dos municípios.

Queria também dizer que nos acompanha aqui o vice-prefeito Ricardo Gomes, que foi também vereador desta Casa, meu parceiro de administração; o Roberto Silva da Rocha, Procurador-Geral do Município, um funcionário de carreira competente que representa a nossa Procuradoria; Cezar Schirmer, Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos; André Barbosa, Secretário Municipal de Administração e Patrimônio; Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Articulação Política; Alexandre Borck, Secretário Municipal Adjunto de Governança Local e Articulação Política; Rodrigo Sartori Fantinel, Secretário Municipal da Fazenda; Pablo Mendes Ribeiro, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura; Rodrigo Machado Costa, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre; Luciano Marcantônio, Secretário Municipal Adjunto de Governança Local e Articulação Política; Reginaldo Pujol, assessor especial do Gabinete do prefeito municipal.

Gostaria de saudar os funcionários desta Casa, se me permitem, em nome do Luiz Afonso, que é tão bom servidor, se aposentou e a Câmara disse: “Volte.” E aqui ele continua, entra Presidente, sai Presidente, e o Luiz Afonso está aqui competentemente comandando a Diretoria Legislativa desta Casa.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o comando é do senhor, o comando é da Mesa, mas para mim não fico restrito a responder aos dez vereadores inscritos, posso responder aos 36 vereadores, mais de uma vez. Não tenho tempo para sair desta Casa, porque acho que enquanto tiver uma pergunta sobre esse tema ou outros temas, não tem nada mais importante na nossa agenda. Então, o senhor fique muito à vontade, a questão regimental é o senhor que comanda, não somos nós do governo, mas o governo está

aqui para dizer que responderá todas as perguntas, independente de quantos questionamentos forem, e não temos horário para sair desta Casa também. Bom, eu quero, num diálogo muito franco, como sempre foi a nossa vida, e acho que quem convive comigo há mais tempo, muitos vereadores aqui conviveram comigo nesta Casa, a qual presidi por duas vezes, sabem que no nosso DNA tem uma coisa chamada diálogo, palavra, acordos políticos verdadeiros, sempre com interesse público.

A primeira coisa que eu quero dizer com relação a esta matéria é que, quando a gente disputa uma eleição, a gente faz um contrato com a população. E no contrato que nós fizemos com quase 400 mil eleitores que votaram na nossa proposta, o povo de Porto Alegre disse que nós estávamos autorizados a propor a reforma da Previdência porque assim nós defendemos. Aliás, eu fui deputado estadual até o final do ano passado, um deputado metropolitano, independente, não era da base do governo Leite, mas votei a reforma administrativa e votei a reforma da Previdência, como votei nas privatizações, na sua inteireza, por entender que elas eram importantes para o Rio Grande do Sul. Posso dizer para vocês que, se hoje os salários dos servidores estão em dia no Rio Grande do Sul, tem algumas razões, mas uma delas foi a reforma da Previdência. Sem ela o governo do Rio Grande do Sul não teria atualizado o salário dos seus servidores. Portanto, votei a reforma da Previdência, defendendo junto com o Ricardo a reforma da Previdência.

O Brasil, depois de 1988, em diversos governos, do Collor ao Presidente Bolsonaro – meu tempo é curto, não tenho como detalhar –, produziu muitas reformas, sendo que a última delas foi em 2019. E que reforma é essa da Previdência de 2019? Os senhores vereadores conhecem esse tema tanto quanto nós, até porque essa matéria era para ter sido votada no governo Temer, não foi votada; o Presidente Bolsonaro pegou aquela mesma reforma, fez alguns acertos e o Congresso votou a reforma. E que matéria é essa? A partir de 2019, todos os brasileiros que trabalham nas empresas privadas, as mulheres passaram a se aposentar com 62 anos e os homens, com 65 anos. Lá no Congresso se travou uma grande discussão que vocês todos acompanharam, e eu me posicionei sobre isso em vários momentos, achando que o Congresso Nacional tinha que ter votado para todos os servidores municipais, estaduais e federais. Mas os congressistas, por uma razão política, entenderam de votar a reforma para o mundo privado e para os servidores federais, e disseram aos governadores que fizessem as suas reformas nas suas assembleias legislativas e aos prefeitos que fizessem as suas reformas nos municípios do Brasil. Então, no governo da Bahia tem um governador que eu gosto muito dele, chamado Rui Costa, ele é do PT e fez a reforma da Previdência. No Piauí tem um governador que é do PT e fez a reforma da Previdência. Se eu chegar a Fortaleza, é o governo do Presidente Márcio, um prefeito muito querido, ele é do PDT e fez a reforma da Previdência. Se eu chegar a muitos governos do MDB, também fizeram a reforma; do DEM, também fizeram a reforma. Então, a reforma não é ideológica, é necessária.

Vem a reforma federal, os estados fizeram as suas reformas e os municípios, por uma razão eleitoral, no ano passado, acabaram não fazendo as suas reformas. Estavam aqui na Casa dois projetos: o projeto que está pronto para ser votado, e o

projeto das alíquotas, que foi desarquivado na quinta-feira e foi emendado hoje pelo líder do governo. Eu quero tratar dessa matéria sob três pilares, para não dizer quatro. O primeiro é que, ao reformar a Previdência no Município de Porto Alegre, nós estamos fazendo justiça previdenciária. O Brasil tem 210 milhões de brasileiros e brasileiras, o Rio Grande do Sul tem 11,5 milhões e Porto Alegre tem 1,480 mil porto-alegrenses. Desses 1,480 mil porto-alegrenses, 30 mil são servidores; desses 30 mil servidores, temos 16 mil que já estão aposentados e 14 mil da administração direta que são os servidores da ativa. Por cada um servidor da ativa, nós temos hoje 1,25 servidores aposentados. E, portanto, vocês, vereadores, mesmo independente de partidos, cobram nessa tribuna, cobram nos pedidos de providência, cobram nas manifestações, dizendo: prefeito, contrate mais servidores, contrate mais enfermeiros, contrate mais médicos, contrate mais assistentes sociais, porque a maioria dos servidores já estão aposentados. E a maneira que se conduziu a Previdência tem despesa. Como é que, em uma cidade – todos os demais servidores federais, estaduais e da vida privada vão se aposentar sobre uma regra –, e só teremos os servidores municipais que vão se aposentar sobre outra regra? Essa é uma pergunta que eu queria deixar para o diálogo, para a reflexão de cada um dos 36 vereadores. Alguém mora na mesma rua usa o mesmo ônibus, usa o mesmo sistema de saúde, mas a sua aposentadoria em Porto Alegre... Hoje as mulheres se aposentam com 55 e os servidores com 60 anos. Mas o vizinho do lado se aposenta com 65, o vizinho em frente também se aposenta, o vizinho da outra quadra também com 65, mas aquele servidor municipal se aposenta com 60 anos, se homem; e 55 anos, se mulher. Está correto isso vereadores? Isso é justiça?

A segunda questão é a seguinte: o melhor exemplo é a Grécia. Quando faltou dinheiro, não se pagou nenhum servidor da ativa, muito menos aposentado. E eu quero dizer para vocês que sou prefeito por mais 3 anos e 7 meses, espero estar aqui em 2040, não sei se estarei; espero estar aqui em 2030, não sei se estarei; mas o certo é o seguinte: que lá por 2030, 2029, 2028, se não tiver reforma da Previdência, não mais se receberão as aposentadorias, porque isso é atuarial, isso não é ideológico. A gente poupa quando trabalha para levar para a aposentadoria aquele tempo, e que bom que a gente encontre pessoas hoje com 80 anos remando no Guaíba, com 90 anos, que bom que isso seja assim, portanto, se mudou a expectativa de vida, o cálculo atuarial da Previdência tem que mudar. Portanto, o segundo pilar dessa discussão é a discussão do equilíbrio.

E, em terceiro lugar, é o seguinte: o déficit da Previdência hoje é de R\$ 1,4 bilhão ao ano. Estão aqui os secretários, mas eu me dirijo ao secretário da Fazenda. Esses números são incontestáveis pelos colegas da Fazenda, da AIAMU, que são gente séria. Eu estou falando em R\$ 3,5 milhões por dia que a Prefeitura tem que apartar todo o final do dia para o déficit da Previdência. Se nós reformarmos a Previdência neste ano, nós teremos cerca de R\$ 150 milhões que deixaremos de aportar para a Previdência, então, o déficit de R\$ 1,350 bilhão vai baixar para R\$ 1,2 bilhão e assim vai baixando até chegar a 2040. Então, eu quero dizer aos senhores vereadores e senhoras vereadoras que, se nós produzirmos essa reforma da Previdência, eu topo fazer

um contrato com vocês de todo esse dinheiro que for reduzido, nós discutirmos onde vamos investi-lo.

Hoje o Ver. Roberto Robaina, a Dep^a Sofia, o Ver. Jonas, o Dep. Alceu e o Dep. Osmar Terra estavam numa audiência, alguns virtualmente e outros presencialmente – o Ver. Cassiá, para da CUTHAB, estava lá – nós estávamos discutindo o destino de 41 famílias da Ilha do Pavão que estão no limbo, desde 2017, com uma condenação do Estado, da União e do Município, que, com R\$ 3,5 milhões, nós colocamos os 41 bônus moradia no valor de R\$ 78 mil; isso é um dia da Previdência de Porto Alegre. Mas, no sábado, das 10h às 13h, também estavam lá o Ver. Freitas, o Ver. Cassiá, a Ver. ^a Cláudia, a Ver. ^a Lourdes discutindo a barragem a Lomba do Sabão. Tem cem famílias no arroio que começa na barragem, com R\$ 20 milhões, nós assentamos aquelas famílias; R\$ 20 milhões são seis dias de Previdência. Rompeu uma adutora aqui na Icaraí, em frente à Vila Resvalo, às 5h no sábado, famílias alagadas. Aquelas famílias esperam desde 2008 para saírem dali, o assentamento daquelas famílias custa R\$ 68 milhões e a obra de drenagem custa R\$ 20 milhões. Existem quase cinco mil pessoas inscritas para creches, mães que querem trabalhar e precisam trabalhar e não têm dinheiro para creche, eu quero dizer que um ano dessas crianças, um mês dessas crianças custa um dia de Previdência. O asfalto que vocês estão vendo pela rua, na Av. Sertório, na Av. Wenceslau, na Rua Bento Gonçalves, e em todos os lugares, é da empresa Planaterra, que ganhou uma concorrência – uma bela empresa de Santa Catarina – para melhorar o asfalto. Nós vamos passar esse contrato para 90 mil toneladas de produção de asfalto e vamos melhorar muito na vila, na classe média, na classe alta, vamos melhorar e custa R\$ 22 milhões. – R\$ 22 milhões são 6,3 dias de Previdência.

Eu quero ter esse diálogo com vocês aqui, franco, peito aberto, porque a legitimidade de vocês é do tamanho da nossa, vocês também brotaram do voto popular para ajudar a melhorar a vida da cidade e das pessoas. Agora eu vou fazer uma fala geral e quero dizer o seguinte: leio uma nota hoje – aliás, as associações têm um bom dinheiro para colocar em jornal, hein –, eles disseram que não tiveram diálogo, a minha agenda é pública e todos vocês recebem a minha agenda. Se vocês quiserem, vou pedir aqui para alguém tirar uma cópia, tem mais de 30 reuniões que eu produzi com as entidades e com os vereadores desta Casa, inclusive com os da oposição. Então, por favor, não digam que não teve diálogo. Dialogar não significa concordar. Quero dizer que houve muito avanço nesse diálogo com as bancadas de vereadores, porque a emenda que suavizou essa matéria em R\$ 23 milhões que tiramos foi fruto de contribuição de vereadores e de muitas entidades que quiseram contribuir. Então, a primeira questão é a seguinte: teve diálogo, tem diálogo, e, se as entidades fizerem reunião extraordinária para dialogar, podem marcar o local, eu continuo dialogando. Agora, dialogar não significa concordar, significa construir, porque, para algumas entidades sindicais neste País, nesta cidade, é só não e não! Isso não se constrói.

Mas eu quero dizer a que pé nós estamos. O projeto que estava nesta Casa e que estava arquivado vem para o plenário replicando o que era a Emenda Constitucional nº 103 e estabelecia exatamente para a Previdência dos municipais, vereadores, aquilo

que era lei federal. Fruto dessas discussões coletivas, surgiu uma emenda que trouxe grandes avanços, muitos avanços. E esses avanços foram construídos, por exemplo, lá no sistema originário, você pega 100% dos salários dos servidores e faz a média, nós baixamos para 95% na primeira emenda; dizendo agora, você soma todos os seus salários e, em vez de fazer a média de 100%, faz a média de 95%, um avanço, uma conquista importante. Só isso? Não, nós fizemos um pedágio progressivo, aqueles funcionários que estavam próximo à aposentadoria, a emenda tratou de dizer, olha, vocês vão pagar um pedágio. Na primeira emenda era o seguinte: quem tinha até dois anos para se aposentar, em vez de trabalhar 100%, você trabalha 50% a mais e vem para a aposentadoria. Desta emenda, nós fizemos outra, de 2 a 5 anos, 65%, ou seja, tu trabalhas 65% daquilo que a nova lei diz que tens de trabalhar. Aqui tem um avanço importante, mas não é só isso, de 5 a 8 anos, dissemos: olha, você trabalha 70%, e só a partir de 8 anos, você vai trabalhar 100% a partir da lei. Mas mais do que isso, nós tínhamos a intenção de votar na Lei Orgânica, porque a única exigência dela – se eu estiver errado, me corrija, secretário do Previmpa – é que tem de estar as idades, a única exigência para estar na Lei Orgânica é as idades, 62 e 65; nós fizemos um projeto querendo que votasse somente isso, e dezenas de vereadores disseram: não, nós queremos colocar na emenda à Lei Orgânica, porque nela nós vamos dar segurança para que não chegue um prefeito amanhã ou depois e tenha um quórum menor para poder fazer mudanças na lei; pois o prefeito, o vice e o secretário aceitaram. Tudo aquilo que nós queríamos, que era só a idade, nós fomos convencidos por vários vereadores de que nós deveríamos caminhar nessa direção, e nós caminhamos nessa direção porque nós somos do diálogo.

E aí eu quero atribuir a todos os vereadores – 22 vereadores não estiveram nessa contribuição: a bancada do PSOL, a bancada do PT e a do PCdoB – que, nas últimas reuniões, nós resolvemos fazer uma subemenda e que tiveram um papel especialíssimo o Ver. Airto Ferronato; a Ver.^a Cláudia Araújo, a bancada do PDT e todos os demais vereadores contribuíram com a subemenda dizendo: não, prefeito, o que o senhor fez ainda é pouco. Nós baixamos para 90%, nós aumentamos o pedágio, nós transferimos aquela tranca que era de 1998 para 2003 e fomos fazendo concessões e mais concessões, e a subemenda veio para esta Casa que a acolheu. Portanto, eu diria o seguinte: foram-se os anéis, foram-se os dedos... Se a reforma for mais do que isso, e aqui é o que muitas entidades querem, reformar para não reformar. Todas as entidades que assinam a nota gostariam que a reforma fosse igual à lei anterior, então, para que ter reforma se é igual à lei anterior? Tinha de ter a coragem de dizer: eu não quero a reforma. É muito mais bonito dizer que não quer a reforma do que colocar nota no jornal para dizer que quer reforma, mas não quer reforma. E quero chegar e ter a obrigação de dizer isso, porque aqui é o espaço do diálogo, da construção, da verdade. Queria saudar a deputada Sofia Cavedon, porque eu não a tinha saudado, estivemos juntos hoje, fomos colegas na Assembleia e nesta Casa também. Mas eu escuto as pessoas dizerem assim: vamos derrotar a reforma da Previdência, o prefeito não tem 24 votos. Está bem, esta Casa é soberana, e vocês esperem de mim grandiosidade; harmonia e independência dos poderes, é o que há de mais extraordinário na vida

democrática. Cabe a mim vir aqui dialogar, ouvir, mas cabe a esta Casa decidir, e eu vou respeitar, nós vamos respeitar essa decisão. Mas eu quero dizer o que vai acontecer se essa lei não for adaptada, sou obrigado a dizer isso. O líder apregou essa emenda, e ela é para valer. Então, eu queria me dirigir especialmente a todos os vereadores: hoje todos os que são servidores inativos, até o teto da Previdência, não pagam Previdência – correto? Todos que são servidores inativos e que estão abaixo do teto da Previdência não pagam, são oito mil servidores que não pagam Previdência. Só os que estão acima do teto da Previdência pagam 14%, e todos os ativos também. O que a Emenda Constitucional nº 103 nos permitiu? Que os estados e municípios que têm déficit previdenciário comprovado perante a Secretaria Nacional da Previdência podem estabelecer alíquota de até 22%. Então, nós falamos com o líder, e o líder registrou a emenda que vai de 14 a 22% para os ativos e os inativos. E a lei nos permite uma outra coisa, quando tem déficit da Previdência, por um tempo determinado, nós podemos propor a criação de uma alíquota extra. Nós estamos dentro da lei, e alguém há de dizer que é inconstitucional; bom, direito não é uma ciência exata. Aliás, o Rio Grande adora negar a política e ir para o Judiciário, são dessas coisas do Rio Grande. Não é só no Rio Grande, nós temos 11 Supremos e um Judiciário. Aliás, está na hora de os juízes assumirem as prefeituras, os desembargadores, o governo dos estados; e os ministros do Supremo assumirem a Presidência da República, eles acham que foram eleitos pelo povo. Deixem quem foi eleito governar, se ele errar, que puna quem governa, mas não por antecipação. Então, quero dizer o seguinte: para esta matéria, nós precisamos de 19 votos nesta Casa, nós não precisamos de 24 votos. Se nós aprovarmos a Lei Orgânica, eu estou disposto a negociar, antes da votação, o nosso limite das alíquotas da Previdência. Por que isso? Vocês têm de entender que, se for aprovado o aumento de 55 anos para 62 anos e de 60 anos para 65 anos, as pessoas vão trabalhar mais, vão contribuir mais, o lastro da Previdência vai ser maior e a alíquota pode ser menor. A regra é muito singela. Se eu não tenho espaço para trabalhar para que as pessoas trabalhem mais, eu só tenho outro espaço.

Eu preciso dizer que a nossa cidade vacinou, na primeira dose, até agora, mais de meio de milhão de pessoas vacináveis. Isso é muito bom, a cidade está preparada para dar a vacina, vamos começar a vacinar os professores amanhã, tem uma escala que começa amanhã. Nós estamos, na data de hoje, com 502.604 pessoas com a primeira dose, isso é 45,54%; e nós estamos com 204.529 de segunda dose. Nós tivemos de aportar mais de R\$ 100 milhões para o combate à Covid neste ano. Fui uma única vez à Brasília, o ministro Pazuello, na época, disse que mandaria o dinheiro, e não veio; nós gastamos mais de R\$ 100 milhões para habilitar os leitos da Covid e, de retaguarda, mais remédios. Então, o nosso caixa está com muita dificuldade na Saúde, com extrema dificuldade. As receitas do Município começaram a crescer um pouquinho, mas a economia cambaleando; no IPTU, a zona que mais tem dívidas é o Centro; o ISS diminuiu; o repasse do ICMS diminuiu; os repasses de verbas da União diminuíram. Isso significa que nós estamos aportando. Se não tiver reforma da Previdência, nós, provavelmente, não vamos ter dinheiro para pagar as contas necessárias e os servidores a partir de outubro. Eu não vou deixar parar o caminhão do

lixo, não vou deixar de pagar os convênios para os moradores em situação de rua, eu não vou deixar de pagar a comida para as crianças, eu não vou deixar de mandar tapar os buracos da cidade e não vou deixar de fazer os serviços essenciais da cidade. Isso significa que, se nós tivermos a responsabilidade... Eu não estou dizendo.. bom estourou!. Melhorou a economia? Melhorou. O governo federal aporta recursos? Eu estou trabalhando com a tela que eu tenho hoje e que nós espelhamos todos os dias. Eu não gostaria de atrasar salários, não gostaria de atrasar 13º salário, mas quero dizer que, se a arrecadação continuar desse jeito e se não tiver reforma, eu vou pagar primeiro os serviços essenciais, tudo com que a cidade funciona, e depois eu vou pagar os salários. E vou pagar os salários menores e os da saúde e vou deixar para pagar, por último, o salário de quem ganha mais nesta Cidade. Estou sendo sincero, não vou mentir, já disse isso e repito aqui, porque dinheiro não dá em árvore. Com certeza, teria muito mais coisas para dizer, com certeza eu poderia relatar ... gostaria de dizer aos vereadores desta Casa que, acho, vocês já estão vendo uma cidade mais limpa, uma cidade com um asfalto melhor, uma cidade que começa a reformar o seu Centro, uma cidade que espera desta Casa a votação do microcrédito. Com o microcrédito sendo aprovado, nós vamos qualificar as pessoas, já estamos na fase de iniciar esse processo – nós não temos pernas para começar por toda a cidade – e vamos pagar aqueles juros que o sistema bancário cobra do pequeno empreendedor. A Prefeitura vai bancar, para que a gente possa gerar renda para o cadastro único de pessoas que precisam gerar renda. Nós estamos aguardando a votação do Refis nesta Casa; é outra coisa muito importante. Também, hoje, fizemos um acordo com algumas famílias e com os vereadores, acordo que já deve estar chegando a esta Casa, em seguida, com a mudança de uma lei que diz que, para cada aluguel social, você tem de ter uma sindicância. Isso levaria três meses com a pessoa morando na rua. Então, nós vamos pedir uma mudança, em regime de urgência, nesta lei. Também, tiramos do aluguel social, por portaria, a exigência de que, até então, só se poderia alugar casa de quem tinha habite-se, quem tinha casa registrada. Nós entendemos que isso está equivocado, porque, na periferia, 30% das pessoas têm a posse e não têm a propriedade. Nós também já mudamos isso, nós estamos trabalhando, fortemente, com o plano de moradores em situação de rua. Portanto, há desafios postos para nós, e reafirmo aqui o que dissemos na campanha: sempre fomos favoráveis a reabrir a cidade com responsabilidade. Essa construção que se deu, nesse novo momento, foi fruto de muito diálogo dos prefeitos, do Ministério Público, da sociedade, e acho que ela está correta. Acho que, nos municípios, os prefeitos e os vereadores que foram eleitos na pandemia têm de ter responsabilidade, e teremos. Se tivermos de fazer restrições, nós vamos fazer, mas quem tem de tomar essa decisão, mais legitimamente do que o governo do Estado, do que a União, são aqueles que foram eleitos na pandemia. Acho que o prefeito tem de saber enfrentar a crise. O nosso setor produtivo tem sido responsável, temos combatido festas clandestinas. Nesse final de semana, foram oito festas que nós fechamos, em bares que não eram clandestinos e em outros que eram clandestinos. Nós vamos ser duros, mas aqueles que trabalham merecem o nosso respeito, porque a cidade precisa funcionar. Para mim o conceito de vida é comida na mesa, é dignidade humana, é cabeça boa funcionando. Então, por isso,

Presidente, fica aqui o nosso agradecimento. A partir deste momento, estamos aqui abertamente; se o senhor quiser, eu respondo a cada pergunta de cada vereador, ou, se quiser que seja por blocos, o senhor nos comanda e eu respeitarei, rigorosamente, aquilo que o senhor comandar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, prefeito. Podemos fazer as respostas por blocos, e nós iremos alternando as inscrições para o comparecimento e as inscrições para Comunicação de Líder.

O Ver. Jessé Sangalli está com palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Queria participar dessa discussão, acho um tema importante a ser observado. Quero parabenizar o Prefeito Melo por se fazer presente, por dar a cara a tapa, colocar o seu posicionamento, dizer o que pensa e trazer os números para nós. Eu tive a oportunidade de conversar com o secretário da Fazenda para tirar algumas dúvidas com relação ao orçamento do Município, qual é o percentual comprometido com os servidores e a questão da reforma da previdência.

(Aparte antirregimental do Ver. Leonel Radde.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Deixa eu trocar de lado, então.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apenas para esclarecer que foram substituídos os microfones, para que todos possam falar sem máscara. Os microfones de ferro podem ser higienizados ao final da intervenção de cada vereador, mas o vereador preferiu trocar de lado, então, não tem problema.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom, retornando aqui à discussão. Bem, na verdade, aqui é muito pior, pois onde nós convencionamos que poderia ficar sem máscara, não tem proteção dianteira; e lá, onde há proteção dianteira, é mais alta, é onde ficou convencionado usar máscara. Mas o Ver. Leonel Radde está preocupado com a questão da pandemia. Só queria perguntar aos vereadores da esquerda, que fizeram uma manifestação no final de semana, se foi respeitado o distanciamento social entre aqueles manifestantes que se diziam preocupados com a proliferação do coronavírus. Gostaria de saber se eles respeitaram o distanciamento social durante as manifestações contra o governo Bolsonaro. É aquela coisa da retórica que só vale quando é contra aquilo que eu acredito. Na semana passada, o Ver. Jonas Reis estava naquela tribuna, ele foi questionado sobre a questão do uso de máscara e ele veio para cá. Então, seguindo o exemplo do Ver. Jonas Reis e por ter sido instigado pelo Ver. Radde, faço essa troca em respeito à Casa e em respeito aquilo que foi determinado

pelo Presidente da Câmara, Márcio Bins Ely, numa reunião de líderes, quando o Presidente tirou essa deliberação. É certo que esta deliberação não foi tirada pelo conjunto dos vereadores, mas foi colocada pelo Ver. Márcio Bins Ely, então, vamos respeitar a determinação. Voltando à questão da visita do prefeito Melo, eu fico muito feliz pela sua presença. Eu queria parabenizá-lo, de público, pela coragem, todos os políticos que têm vivência, que acompanharam os diferentes gestores que passaram pela Prefeitura, tanto aqui quanto em outras cidades, ou no governo do Estado, chegaram à conclusão de que o senhor tem essa dinâmica de ouvir. Como foi muito bem colocado pelo senhor, e eu uso nas minhas falas, “ouvir não significa concordar, mas vocês não podem dizer que eu não sentei para escutar”. Eu já vi, várias vezes, o prefeito Melo escutando políticos que, no passo seguinte, estão criticando-o; postura que eu não teria, eu não sentaria para conversar com pessoas que, manifestamente, deixam claro que trabalham contra, mesmo fingindo ser parceiros. E essa é uma característica com a qual eu tenho que concordar e é louvável no prefeito, embora eu não tivesse essa capacidade, mas consigo reconhecer essa qualidade nele. Sobre a questão da arrecadação do Município, estava pensando, enquanto conversava com o secretário da Fazenda que, se nós não formos penalizar ainda mais o cidadão, o empreendedor, com o aumento na arrecadação - e essa é a mentalidade desse governo, nós temos de nos virar com arrecadação que está aí, nós temos de nos virar com o dinheiro que já é hoje arrecadado pelo Município para pagar as despesas correntes, para pagar todos os investimentos sociais da cidade e também para pagar o funcionalismo. Tenho aqui anotado, como foi colocado pelo secretário da Fazenda, que 43% dos R\$ 7,5 bilhões que o Município arrecada, por ano, são utilizados para pagar funcionalismo, tanto ativos quanto inativos; são R\$ 3,5 bilhões por ano, esse é o custo da máquina pública no Município de Porto Alegre. Por isso que se fala sobre a questão da reforma da previdência, sobre a necessidade de garantir a longevidade das contas públicas no Município de Porto Alegre. Eu falei, na última ocasião em que estive aqui para falar da reforma da previdência, que esta reforma da previdência busca se adequar àquilo que já existe na União, que foi aprovado no governo federal, que foi aprovado no governo do Estado, a qual eu, como servidor público e como vocês já sabem, já estou submetido. O que eu falei aqui, recentemente, por uma questão de justiça com todos os servidores públicos, faz sentido que o Município de Porto Alegre se adeque, também, às regras que são aplicadas aos servidores públicos federais e que são aplicadas aos servidores públicos estaduais. Mas como foi falado por um vereador: “Ah, mas porque uma classe de servidores públicos foi penalizada, isso não justifica que outras classes de servidores públicos também sejam penalizadas”. A pergunta que tem de ser respondida aqui é: “Quem está pagando a conta?” Nessa semana, eu fui fazer uma visita à Kinder, junto com a Ver.^a Cláudia, quando o gerente André fez uma fala muito interessante. Talvez, ela seja mal-interpretada, mas faz todo sentido no contexto no qual nós estamos inseridos agora. O gerente André chegou indicado por um gestor para fazer a administração da Kinder. Dentro da lógica daquela gestão, ele entendeu que um dos executivos da Kinder tinha de ser demitido, porque ele não se adequava à realidade daquela instituição. Quando ele foi demitido, todos os servidores que trabalham dentro

da Kinder ficaram tristes, choraram; daí ele ficou preocupado de estar fazendo uma coisa errada e ligou para o gestor para comentar o fato que estava acontecendo. “Olha só, demiti aquele executivo, e todo mundo começou a chorar. O que eu faço?” Quem indicou ele perguntou: “Quem está chorando?” “Ah, está todo mundo chorando”. “Quem está chorando?” “A enfermeira, o massagista, o técnico em enfermagem, o médico.” Daí ele perguntou: “Tem alguma criança chorando?” “Não, não tem nenhuma criança chorando”. “Ah, então está bom, porque o nosso objeto aqui são as crianças, nós estamos aqui pelas crianças, não é pelas pessoas que precisam prestar o serviço”. “Nós também temos que garantir segurança para eles poderem trabalhar, mas nós não estamos aqui pela própria máquina, nós estamos aqui pelas pessoas que nos colocaram aqui.” Se nós temos de nos preocupar com alguém e ouvir o choro de alguém é o choro da pessoa que está lá na rua sem conseguir receber o serviço público de qualidade, porque falta dinheiro, porque a própria máquina acaba consumindo todos os recursos. Nós queremos, com essa reforma, garantir que os recursos deixem de ir para aqueles que fazem a máquina funcionar e passe para aqueles que ajudam a sustentar a máquina como um todo, que é a Prefeitura, através de seus impostos. Queria falar muito, mas, infelizmente, é o que eu posso falar neste momento, nesses cinco minutos. Espero não ter sido mal-interpretado, mas estamos aqui pelas pessoas e não pela categoria dos serviços públicos. Eu, como servidor público, entendo que nós estamos aqui pelas pessoas e não por nós próprios. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Lembramos que adaptamos o microfone da tribuna principal para que os vereadores que, porventura, tenham preferência por falar sem máscara, possam fazê-lo.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Presidente, eu peço desculpas porque a gente está no pior momento da pandemia, a gente está entrando na terceira onda, então é muito grave o que está acontecendo na nossa cidade. Temos que deixar de ser negacionistas e respeitar – foi essa a minha colocação. Eu sugiro também ao Ver. Jessé Sangalli que ele peça demissão, então, do serviço público, já que ele acha que servidor público é custo, é gasto, como se ele próprio não fosse servidor.

Boa tarde, Presidente; boa tarde, prefeito; boa tarde vice-prefeito; boa tarde, secretários; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Mais uma vez, então, infelizmente, nós temos um *timing* perfeito da vinda do prefeito Sebastião Melo à Câmara de Vereadores, quando a pandemia se transforma em algo gravíssimo. Na última vez em que ele veio a gente teve aí dois vereadores que saíram infectados, vários assessores, e isso não é responsabilidade do prefeito, mas é um *timing* que é muito triste, porque a nossa capital não consegue controlar a Covid. Causa-me muita tristeza que o prefeito tenha um gesto republicano de fato, vindo até esta Casa, mas vem junto com uma chantagem, que é dizendo que se o PELO não for aprovado, ele vai apresentar

um outro projeto, vai desengavetar um outro projeto de aumento de alíquotas, contra os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público da nossa capital. É importante que se diga que a nossa previdência, o Previmpa, do Município é superavitária em R\$ 3 bilhões; ela não é deficitária. Temos a repartição simples, que é uma responsabilidade da Prefeitura de ter feito os aportes financeiros que não fez, e hoje, então, nós estamos com essa situação; mas é bom que se diga que a partir de 2027 esse número começa a diminuir, até zerar o déficit em 2042. Não há necessidade, não há obrigação da reforma da previdência no Município. Município esse que tem suas contas aparentemente resolvidas, com as suas dificuldades, mas não podemos colocar essa responsabilidade em cima dos servidores e servidoras que estão dedicando a sua vida, durante toda essa pandemia, e colocar sobre seus ombros essa responsabilidade das contas do Município.

É importante lembrar também que nós temos, agora, um projeto de lei que chegou até esta Casa que tem como objetivo – o nome do projeto é RecuperaPOA – anistiar dívidas milionárias de diversos empresários, diversos proprietários de grandes imóveis, como o Ronaldinho Gaúcho. Isso está sendo previsto de ser votado nesta Casa. Qual o sentido de nós onerarmos os servidores públicos, atacarmos os servidores públicos e estarmos dando, ao mesmo tempo, benefícios para aqueles que mais têm?

É bom lembrar também que a vice-líder do governo, a Ver.^a Comandante Nádia, se aposentou com menos de 50 anos, e ela foi a responsável por apresentar nesta Casa esse PELO, que tem como objetivo aumentar a idade da aposentadoria das mulheres para 62 anos. Muito bonito! Eu acho muito bonito isso! O Ver. Jessé Sangalli mesmo trouxe essa informação, dizendo que as aposentadorias estadual e federal devem ser replicadas em Porto Alegre. Vamos replicar na aposentadoria da Ver.^a Comandante Nádia, que, com menos de 50 anos, já estava apta a se aposentar! Vamos replicar também na aposentadoria do Ver. Jessé Sangalli, que, com 53 anos, estará apto a se aposentar! Essa é a verdade! Isso tem que ser dito. É muito importante que tenhamos respeito por aqueles que estão dedicando a sua vida, dia após dia, morrendo nos postos de saúde, morrendo dentro das salas de aula por uma incompetência do nosso Município, por um desrespeito que estão tendo com todos aqueles que estão dedicando a sua vida, no momento mais grave da nossa cidade. E nós estamos na terceira onda e ninguém fala absolutamente nada a respeito disso. É gravíssimo o que vai acontecer nas próximas semanas, e nós estamos aqui discutindo ataque a trabalhadores, pessoas que estão sem dinheiro, pessoas que estão passando por dificuldades. Em vez de discutir vacina, em vez de discutir auxílio emergencial, nós estamos atacando aqueles que mais precisam! Que fique este registro para todo o sempre, da vergonha que nós estamos passando nesta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Eu fui citado duas vezes, eu gostaria de me manifestar sobre as duas questões em que fui citado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós vamos avaliar o pedido de Vossa Excelência.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely. Boa tarde, vereadoras, vereadores, Ricardo Gomes – vice-prefeito -, Sebastião Melo – prefeito. No nome do prefeito e do vice-prefeito cumprimento todos os representantes do governo que estão aqui presentes. Nesta Câmara de Vereadores, vocês já foram informados que temos tido muita luta política, e às vezes não só luta política, às vezes uma luta política com baixo nível. Então, a Câmara de Vereadores, prefeito Sebastião Melo, não tem sido lugar nem de diálogo real, nem de construção de políticas públicas de nenhum tipo, porque não tem sido um lugar de construção de verdade. E o governo tem responsabilidade, na medida em que o governo tem lideranças na Câmara que executam uma determinada política que é uma política de confronto sistemático, e não de construção de nenhum tipo de diálogo real. E nós estamos na Câmara de Vereadores, e este é o lugar onde devem ser votados os projetos. O governo deveria se preocupar em como opera na Câmara de Vereadores para poder, de verdade, dizer que está dialogando. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: nós sabemos que existem, sempre, problemas administrativos que acabam também virando problemas fiscais, crise econômica, o impacto da crise econômica nas contas públicas; mas nós também tivemos uma eleição, onde cada um assumiu compromissos e responsabilidades. E as responsabilidades e compromissos que o prefeito e o vice-prefeito assumiram, por exemplo, durante a campanha eleitoral, um desses foi o de não continuar os ataques que o prefeito Marchezan fazia aos servidores públicos. Esse não foi só um compromisso do prefeito Melo, foi também um compromisso do vice Ricardo Gomes. O prefeito Melo chegou a dizer em campanha que sabia que havia dificuldades nas contas da Prefeitura, mas que não iam seguir atacando, como o prefeito Marchezan atacou. Resulta que, em maio, o que nós temos? Nós temos os mesmos projetos do prefeito Marchezan desarquivados pelo prefeito Sebastião Melo! Então, é preciso debater, é preciso discutir. Não vão querer que nós, que durante quatro anos combatemos o prefeito Marchezan, que nos apresentamos na eleição com uma proposta clara, tivemos candidata, que foi a Fernanda Melchionna, vamos agora, porque o prefeito Sebastião Melo está dizendo que as contas estão numa situação muito ruim, dar um cheque em branco para o governo fazer uma reforma da previdência que, em lei, não precisa ser feita, argumentando que as finanças estão mal. Daí nós temos é que discutir o conjunto das finanças, nós temos é que discutir o conjunto da administração! O detalhe é que nós não somos do governo! Nós não governamos, nós não ganhamos a eleição. Por que isso tem importância? Porque se o prefeito Sebastião Melo quer se utilizar, ou quer fazer com que a Câmara discuta, quase como se a Câmara fosse um poder, para decidir os rumos do governo, então a Câmara é o lugar para a execução de políticas e de construções de saídas, mas não é o que a liderança do governo tem feito ao longo desses cinco meses; ao contrário, ataca o

tempo inteiro, e de modo sistemático, a oposição. E agora vêm pedir diálogo para nós votarmos um ataque aos servidores públicos? De forma alguma! Não contem conosco!

E quando o governo vem com emendas que aumentam as alíquotas, eu vou dizer, prefeito Sebastião Melo: com esse tipo de política, vocês estão rompendo as relações políticas com os setores do funcionalismo público com os quais vocês estavam negociando ontem! Porque há um setor do funcionalismo público que disse “não”! “Nós não aceitamos essa reforma!” Esse grupo se mobilizou para evitar essa derrota, porque é uma derrota, passar a reforma é uma derrota, porque aumenta o tempo de serviço sem que os servidores tenham os seus direitos respeitados em nenhum momento, porque o salário segue arroxado, os serviços seguem sendo desrespeitados, os servidores seguem sendo desrespeitados com propaganda e publicidade tentando jogar a população contra os servidores!

Concluindo, então, Presidente Márcio, vocês estão rompendo com os setores com os quais vocês estavam negociando até ontem! Nós vamos votar contra esses projetos, vamos lutar para derrotar esses projetos e estamos, sim – concluo, agora, dizendo isso -, dispostos a discutir a situação da cidade, a questão fiscal, a relação da Prefeitura com o Estado e com a União, para que nós tenhamos, de verdade, um governo federal que não desrespeite o Município de Porto Alegre, como tem desrespeitado, inclusive dando orientações para o governo municipal, como a orientação do ex-ministro Pazuello, que deixa inclusive o prefeito numa situação de ter que pedir desculpas para o povo em relação a orientações no tema da saúde. O tempo passou, muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Cadê o fiscal de máscaras? Não está mais no plenário? Então, boa tarde, Presidente; nosso prefeito Sebastião Melo; vice-prefeito Ricardo Gomes; saúdo todos que nos acompanham aqui. Só antes de iniciar a fala, quero dar os parabéns à nossa Ver.^a Comandante Nádia e ao Ver. Jessé Sangalli, porque vocês são servidores públicos que sabem fazer contas; são servidores públicos que sabem que...

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vou fazer um aparte na fala do Ver. Ramiro, porque o Ver. Leonel Radde, enquanto me atacava, não me deu essa oportunidade. Sim, Ver. Leonel Radde, eu me aposentaria com 53 anos de contribuição antes da reforma federal da previdência; hoje, eu vou me aposentar com 65 anos, mais de 35 anos de contribuição, e não estou triste por isso, porque acho que isso é importante para as contas públicas.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito bem! Parabéns, Jessé, a ti e à Nádia, que são servidores públicos que honram o serviço público e que sabem fazer contas, que sabem que essa conta muitas vezes se transforma em algo impagável, e, inclusive, em defesa dos servidores públicos, desejam a reforma, para que não se tenha a necessidade, como muito bem disse o prefeito Sebastião Melo, aqui, de, mais cedo ou mais tarde, nós voltarmos a ter parcelamento de salário, ou até mesmo de não ter recursos suficientes para pagar a aposentadoria dos servidores. Acho que o Ver. Leonel Radde deveria trazer à baila também, já que gosta de expor aqui salários e tudo mais, quanto é que ganha o Jonas, como servidor público, a deputada Sofia Cavedon, e talvez isso explique um pouco inclusive essa relação umbilical que eles têm com o tema, essa necessidade de dizer “Não! Deixe como está! Quero continuar dessa forma!”

Enfim, até preparei, prefeito, para falar um pouco sobre continuidade, antes de entrar, de fato, na questão da previdência. Quero registrar aqui a entrevista que o Cel. Mario Ikeda, secretário de segurança do Município, deu, hoje pela manhã, no programa Atualidade, da rádio Gaúcha, falando sobre o programa POA Mais Segura. E vale o registro por ser uma postura elogiável, prefeito; mas rara: o reconhecimento dos méritos do governo anterior, e, mais do que isso: a continuidade de projetos tão importantes para a nossa cidade, buscando desenvolver e aprimorar os seus serviços. Infelizmente, isso é algo raro na vida pública, no nosso País inteiro. A entrevista foi dada no programa da rádio Gaúcha, sobre o POA Mais Segura, que prevê o investimento de R\$ 60 milhões na segurança da nossa capital. E o Cel. Mario Ikeda, secretário municipal de segurança, fez questão de lembrar, logo no início da entrevista, que os R\$ 60 milhões foram buscados pela gestão anterior, gestão 2017/2020, graças ao trabalho de todos os secretários de segurança anteriores. É um financiamento tomado junto ao BNDES, que já teve inclusive 10% dos recursos aplicados em tecnologia e na compra de equipamentos para a Guarda Municipal. E o secretário Mario Ikeda menciona inclusive o cercamento eletrônico, que já está atuando na cidade há mais de 36 meses; menciona também o dispositivo Detetive Cidadão, dentro do aplicativo da Prefeitura de Porto Alegre. Então, deixo os meus parabéns ao secretário Ikeda, pelo justo reconhecimento ao trabalho realizado na gestão anterior e pela continuidade de bons projetos, como a ampliação do cercamento eletrônico, responsável por diminuir em até 70% o roubo e furto de veículos na cidade. É assim que nós devemos fazer política sempre: reconhecendo o trabalho coletivo e levando em frente os bons projetos para os cidadãos, sem ranço partidário. Isso acontece na segurança, isso acontece na limpeza da cidade, isso acontece na operação tapa-buraco e na qualificação de muitos quilômetros de ruas e avenidas iniciados na gestão anterior e que têm continuidade nesta gestão. E que fique o exemplo a todos também, a todos nós, sobre a reforma da previdência. A gestão passada encaminhou para a Câmara uma reforma da previdência, muito mais abrangente inclusive do que a que estamos discutindo, é verdade. A mesma reforma já realizada em âmbito nacional e no Estado. E veja bem, prefeito, com diálogo, com construção coletiva e ouvindo as mais variadas correntes políticas dentro da nossa cidade, a atual gestão propôs uma reforma da previdência que é considerada, Presidente Márcio Bins Ely, uma das mais benéficas aos servidores públicos em todo o País. Foi uma

construção coletiva, foi um reconhecimento, sim, da necessidade de se fazer a reforma desde o governo anterior, e que agora se viu a possibilidade de avançarmos com a construção de muitos colegas que estão aqui presentes e entidades que verdadeiramente respeitam e querem que o serviço público seja valorizado, e querem que o serviço público receba em dia e tenha condições de se aposentar. Senhor prefeito, esta capacidade de articulação e diálogo que está se demonstrando aqui é fundamental, de se fazer uma reforma possível de ser feita, contemplando as mais variadas correntes, porque, afinal de contas, é o que eu costumo dizer, que matemática não tem ideologia, e números, prefeito, não têm partido, é preto no branco. A coisa é simples: ou reforma, ou a casa cai. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde a todos que estão nos ouvindo em casa, presencialmente, ou lá da rua. Estou aqui com a nova emenda na minha mão e eu fiz alguns comentários que gostaria de dividir com os colegas. Em cima do que foi dito aqui anteriormente - e, Ver.^a Nádia, eu chamo a atenção e lhe dou parabéns, por defender o que eu defendo desde sempre -, que mulheres e homens têm que se aposentar na mesma idade, que isso, sim, é justiça. Aliás, nem assim teríamos justiça, porque nós morremos cinco anos depois de vocês. Então, a igualdade tão propalada tem que ser uma igualdade no dever também, e se eu vivo mais, seria normal que eu trabalhasse mais também, como é em 60% dos países do mundo, onde, no mínimo, as mulheres aposentam com a mesma a idade dos homens, com o mesmo tempo de contribuição. Esta reforma que foi construída com muito diálogo, envolvendo o Executivo e o Legislativo, exaustivamente trabalhada, debatida, entidades ouvidas, propostas aceitas, subemenda, inclusive com proponentes da subemenda que não estão presentes aqui hoje e que não votariam a própria subemenda que ajudaram a construir, talvez por medo da pressão nas ruas. Infelizmente é o que nós verificamos. Essa reforma é tímida, mas é a reforma politicamente possível. Eu compreendo isso, mas não é a minha reforma, nem a do Camozzato, nem a da Mari Pimentel, a gente sabe disso, mas todos cedemos, uns para mais, outros para menos, para construir uma proposta que fosse viável politicamente, e essa proposta viável politicamente, aparentemente foi rejeitada. Mas é como dizem na política, e não é diferente na vida: ou é na dor, ou é no amor. Nós construímos uma maravilhosa proposta, a melhor proposta de reforma do País, e eu não digo que é para a cidade, não é a melhor proposta de reforma para Porto Alegre, é a melhor proposta para os servidores, e ela foi aparentemente rejeitada pelos servidores. Então o que nós vamos ter? Ao não termos os votos necessários, essa emenda que está vindo para substituir, e eu gostaria de deixar aqui observado, já temos mais assinaturas que os votos necessários no SEI neste momento, ou seja, vamos aprovar o aumento das alíquotas até o teto de 22%, vai passar

nesta Casa, e todos os que não votaram ou disseram que não votariam a reforma perfeita, maravilhosa, a melhor reforma do Brasil para os servidores, são praticamente coautores desta emenda dos 22%. Infelizmente, mas é o que acontece, porque o prefeito, o Executivo dialogou até a exaustão com cada um dos membros da base para tentar construir essa reforma. Vou ler aqui alguns trechos para quem não leu (Lê.): “Emenda nº 01, PLCE nº 018/20 - acima de R\$ 6.433,57 acréscimo de oito pontos percentuais. A alíquota majorada nos termos do disposto no inciso X será aplicada de forma progressiva sobre a base de contribuição do servidor ativo, incidindo cada alíquota sobre a taxa de valores compreendida nos respectivos limites. Os valores previstos no inciso X serão reajustados a partir da data de entrada em vigor desta lei complementar, na mesma data e com mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social”. Vou ler alguns trechos da justificativa, porque muito se fala que o Previmpa é superavitário, mas e os anos onde não existia Previmpa? Há um passivo gigantesco que precisa ser coberto, sob o risco real de quem está aposentado, daqui a alguns anos não ter dinheiro para cobrir a sua aposentadoria. Isso é fato, isso é cálculo, isso é matemática. Como nosso prefeito disse aqui, isso não é ideologia, isso é matemática. Dois mais dois é igual a quatro, e isso não tem discussão. “A proposta de majoração da alíquota para 22% aos servidores que ganham acima do teto estabelecido para o Regime Geral de Previdência atualmente fixado em R\$ 6.433,57. Os que ganham até esse valor permanecem com alíquota de 14%. Considerando a existência de déficit atuarial, a alíquota de contribuição devida pelos aposentados e pensionistas incidirá sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário mínimo nacional. E se ainda assim, se aliados a outras medidas, o déficit não for equacionado, serão instituídas alíquotas extraordinárias”. Essa é a emenda que foi construída e tem como coautor todos os que rejeitaram a melhor proposta de aposentadoria, a melhor proposta que foi feita neste País. Ganham os 22% que vai ser aprovado na Casa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde Presidente Márcio, prefeito Sebastião Melo, vice-prefeito Ricardo Gomes, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, estou escutando aqui atentamente os vereadores falarem, e aqui se fala que os servidores vão ser prejudicados e que os servidores acabaram não querendo a reforma. Eu tenho dúvidas se os servidores do Município de Porto Alegre, prefeito, já estão há muito tempo de acordo com a reforma e com as emendas apresentadas, porque quem não está de acordo na verdade não é o servidor. Eu tenho a certeza de que a maioria dos servidores que passaram em concursos difíceis são pessoas inteligentes e sabem da necessidade, secretário Cassio, da reforma, reforma essa que já aconteceu no Brasil através da Emenda nº 103. Portanto, quem não concorda é o sindicato,

principalmente o SIMPA, que é um sindicato que deveria defender os servidores públicos, e aqui em Porto Alegre é um sindicato ideológico e que defende a ideologia partidária e não os servidores que deveria defender. Exemplo claro disso, prefeito, foi na legislatura passada quando votamos a reforma administrativa, e o vice-prefeito Ricardo estava aqui e lembra bem: nós queríamos negociar com os servidores e o sindicato vinha aqui e dizia: “Zero! Nós não queremos discussão!”. Não teve discussão, não conseguimos dialogar nunca com o sindicato, porque eles não queriam o melhor para o servidor, eles queriam o pior para dizer que o governo é ruim, que maltrata servidor, que os vereadores não gostam de servidor, que o prefeito não gosta de servidor. O sindicato quer sempre o pior e quem sempre leva a pior é o servidor, aquele servidor que está trabalhando e que não vem aqui fazer algazarra, não vem subir em cima da mesa, pular aqui e agredir vereador, Ver. Jonas. Aquele servidor não está sendo representado por aquele sindicato, porque o sindicato não quer o melhor para o servidor. Eu não fui procurado por servidores dizendo que eram contra a reforma. Qual foi o servidor que procurou os vereadores dizendo que eram contra, que iam fazer greve? Foram meia-dúzia de sindicalistas gritando, atacando, dizendo não querem a reforma. Portanto esse sindicato que deveria defender os servidores, há muito tempo não defende os servidores, atrapalha os servidores, e nós não conseguimos, muitas vezes, dialogar com quem realmente depende da sua aposentadoria, depende das reformas, que certamente pessoas inteligentes sabem o quanto é necessária a reforma. Assim como a reforma administrativa era necessária. Mas não, eles só vêm aqui para atacar, assim como alguns vereadores que não são nem vereadores que são de esquerda, eles são oposição a tudo que se procura fazer de bom para a cidade. É lamentável o que a gente vê aqui: colegas vem aqui falando que o nível está baixo até na Câmara, e aí o vereador sobe aqui e ataca a Ver.^a Nádia porque é vice-líder do governo, ataca o Ver. Jessé, ataca os vereadores que querem fazer as reformas, mas não fala da sua colega que se aposentou aqui nesta Casa numa aposentadoria especial, sem dar aula, e eu não vou fazer no mesmo nível, atacar a deputada, porque muitas vezes nós fizemos a discussão quando ela estava presente e ela poderia discutir, e ela nunca subiu nesta tribuna para se defender e dizer que eu estava errado, que ela se aposentou sem dar aulas, se aposentou numa aposentadoria especial como servidora, porque foi representante do sindicato e depois vereadora, não é, Ver. Jonas? E o senhor parece que vai trilhando pelo mesmo caminho. O senhor está defendendo o que o senhor acha interessante para o senhor e não para a cidade. Nós, vereadores, temos que ter compromisso com a cidade, prefeito Mello, e nós vamos, sim, votar pelo que é melhor para a cidade e para os servidores, independente de sindicato, porque o sindicato não representa nem os servidores, nem a cidade de Porto Alegre. E se os cálculos... Previdência é cálculo matemático, sim, nós temos que calcular, e quando não se aumentar a idade... Quando se aumenta a idade para a aposentadoria, se aumenta porque hoje se vive mais, se tem menos filhos, tem menos pessoas pagando a previdência e diminui a base da previdência. O Ver. Mauro Zacher é economista e sabe bem disso: se tu não aumentas a idade, tu vais ter que aumentar a alíquota para poder recompor e o servidor vai ser prejudicado. Portanto, nós

vamos, sim, fazer força para não precisar aumentar as alíquotas, e sim a idade, o que vai ser melhor para o servidor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, cumprimento aqui o nosso prefeito Sebastião Melo, o vice-prefeito Ricardo Gomes, os secretários que nos acompanham, vereadores, colegas desta Casa e público que nos acompanha pela TVCâmara. Primeiro, fico triste porque o Ver. Leonel não está aqui na nossa sessão plenária. Aliás, é bem típico dele, ele bate e sai porque leão ele fica lá fora, aqui ele fica gatinho. Mas quero dizer que ignorância é um estado de quem não tem conhecimento, não tem cultura, seja por falta de estudo, ou por experiência, e no caso aqui do Ver. Leonel Radde, é por má fé, porque é ignorância do Ver. Leonel quando ele diz que eu me aposentei com 50 anos. Quero dizer aos senhores que ingressei na Brigada Militar com 21 anos, quando tinha muito dos companheiros do Ver. Leonel, que é policial civil, fumando maconha. Naquela época, eu já estava aprendendo criminoso. Pois é. Trabalhei 27 anos e 10 meses na Brigada Militar, coisa que muitos do partido, do PT, não fizeram. Contribuí muito para com a sociedade gaúcha prendendo bandido, e essa coisa de criminoso eu conheço bem. Mais do que isso, sempre estive na linha de frente. Quero dizer para aqueles vereadores que não sabem que por conta de uma Legislação Federal, o militar, quando eleito, vai para reserva e não se aposenta, porque pode ser chamado a qualquer tempo, Ver. Ramiro, a qualquer tempo nós podemos ser chamados pelo Governo do Estado para enfrentar novos sinistros, inclusive os maconheiros. E quero dizer para vocês que gostaria muito de estar na Brigada Militar depois de terminar o meu mandato aqui, o que é impossibilitado. Mas depois da reforma da previdência no Estado, não poderá mais isso acontecer antes dos 65 anos para a mulher, o que é muito justo.

Além disso, quero dizer que é lamentável nós vermos a frente da nossa Prefeitura pichada. Neste final de semana, com manifestação, a nossa Prefeitura ficou pichada. E essa pichação foi feita exatamente por aqueles que falam em democracia. Que democracia é essa que, neste momento da previdência que nós estamos falando, que é liberdade, que é igualdade para as pessoas - não conseguiu, diretor? É só o da pichação, para todo mundo ver. Ali, inclusive, tem um vídeo de mulheres pichando ali, que coisa feia isso! A previdência é necessário que seja estudada, e já foi muito debatida aqui, Ver.^a Cláudia, inclusive, pela senhora que há quatro meses vem debatendo as questões, com as instituições, com os sindicatos, com as associações, mas tenho certeza que o Simpa não lhe procurou, porque o Simpa tem interesses, infelizmente, políticos, não tem interesse de valorizar o servidor, se o fosse, estaria sim dizendo que essa previdência é a melhor que existe, em detrimento da reforma da previdência nacional e do Estado. Essa aí é a frente da nossa prefeitura pichada, “Fora Melo” “ Fora

Bolsonaro”, enfim – pode passar outra - vereadores colocando, como se fosse bonito, tem uma ali dando um xingamento no Melo, inclusive, uma vereadora da Casa postando isso. Eu acredito que isso, no mínimo, é uma falta de elegância para quem quer ter diálogo. Aliás, o diálogo deve ser monólogo para o pessoal da oposição, porque só querem o que eles falam possa valer. Aqui eu trouxe alguns casos que não são falácias, como está dizendo a oposição. Uma professora, que ingressou dia 15 de agosto de 1994, vai levar, na sua aposentadoria, a paridade e a integralidade. Hoje, ela se aposentaria com 50 anos. Com a nova regra, com 57 anos, o valor estimado do benefício dessa professora, hoje, é R\$ 9.064,81.

Sendo a previdência aprovada, ela se aposenta também, pasmem vereadores, porque a falácia está sendo dita aqui com os mesmos R\$ 9.064,81. Não podemos estar desconectados da realidade. Vamos ver uma professora da área privada, da área particular, que recebe R\$ 9 mil, isso é desconectar. As pessoas que estão aqui dentro, e que são da oposição, devem ir à rua e ver o que acontece com um caminhoneiro, com uma professora de um colégio particular, com um vendedor, com um balconista, porque é isso que acontece. Encerrando, nenhum empresário sério, nenhum empresário sério vai investir numa cidade falida. E é isso que vai acontecer se nós não aprovarmos a previdência. A reforma da previdência precisa ser feita para que Porto Alegre seja prioridade de qualquer empresa, gerando emprego e renda para as pessoas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pablo Melo está com a palavra.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sr. Prefeito, Srs. Secretários, presidente do Previmpa, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, acredito que na vida, para convencer, Ver. Pujol, a gente precisa ser convencido. E, na semana passada, estudando muito essa reforma da Previdência, Ver. Janta, que é fundamental para o futuro da nossa cidade, balizei, em três pontos, os motivos que nos trouxeram a votar a favor do governo. O primeiro deles, é o equilíbrio. Nós temos regras mais brandas, é fundamental para as finanças públicas para o presente e futuro das finanças. E essa reforma também manterá a integralidade e a paridade, Ver. Pablo Mendes Ribeiro, a segunda questão que elencamos é a garantia do direito adquirido, que também está nessa reforma, aí do PELO. A terceira e fundamental, Ver. Giovane Byl, é aquela que mais tem considerado, Ver.^a Fernanda Barth, ao longo de toda essa discussão democrática que tem sido feita sobre esse projeto. Que é exatamente o olhar para a nossa cidade. Hoje nós temos cerca de 16 mil funcionários aposentados e pensionistas, e nós temos um aporte que foi de R\$ 1.039 bilhão, no ano de 2020, para a Prefeitura de Porto Alegre, para pagar a presidência; e nós teremos, em 2021, se continuar desse jeito, de R\$ 1.350 bilhão. Gilson Padeiro. Esse recurso, deveria, Presidente Márcio, estar sendo investido nas escolas, nos postos de saúde, na

iluminação pública, enfim, na infraestrutura da nossa cidade, no posto de saúde. Então essa reforma, ela é justa, ela dará o retorno ao cidadão a médio e longo prazo, tanto aos servidores quanto àquele 1 milhão 479 mil porto-alegrenses. Por isso, Sr. Prefeito, nós trabalharemos muito para passar essa reforma. Nós temos entendimento que essa reforma é justa, como falamos, e que ela abrange todo um olhar, não só para os servidores, mas para cada cidadão e cidadã da nossa cidade. Como bem disse, ali atrás, o Ver. Robaina, falando em diálogo, falando em manter o alto nível, Ver.^a. Reginete, na semana passada, aqui estávamos conversando, e até, inclusive, fechamos com a senhora votar sua moção de solidariedade na questão da quebra de patente. E nós temos tentado manter o respeito permanente nesta Casa, mas eu vejo, prefeito Melo, que aqui a bancada da oposição vai lá no particular pedir reunião no gabinete do prefeito e na rede social vai lá dar porrada no senhor. Isso fica muito ruim, nós queremos, sim, esse diálogo civilizado. Mas é inadmissível, vão lá pedir a demanda no particular e na rede social é porrada, porrada e porrada no governo, isso não é justo, isso não é justo. E como disse ali o Ver. Robaina, está faltando, aqui na fala da situação essa questão de respeito, eu não vou citar o nome da vereadora, mas isso aqui está na rede, Ver.^a Nádia, isso aqui está escrito na rede social, uma vereadora da casa, vice-prefeito Ricardo Gomes, isso é respeito por parte da oposição? Então está, quem quer respeito, tem que dar respeito também. Então nesse sentido, meus amigos, nós vamos votar a favor da cidade, vamos votar a favor da maioria da população de Porto Alegre, que clama por mudanças e precisa, sim, de água, posto de saúde, segurança, emprego, sustentabilidade e todos os benefícios que essa reforma vai trazer a nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, colegas, cumprimentar o prefeito Melo, que está aqui na Câmara, vice-prefeito Ricardo Gomes, todos os secretários, dizer, primeiramente, que eu não lembro, num passado tão recente, de tanto diálogo nós tivemos entorno de uma proposta de interesse da cidade. Aliás, quero saudar a abertura do governo, com todo os partidos, todas as bancadas e todos os vereadores. Tanto se fala em democracia, mas nunca eu vi um processo tão democrático em torno de um assunto, que é fundamental para a nossa cidade, como este processo da nossa reforma da previdência. Mas, para além disso, além desses cumprimentos, eu quero falar hoje aqui sobre ciência. Estamos em meio a uma pandemia, a gente está falando muito sobre ciência, quero falar sobre ciência. Mas a ciência que eu quero tratar aqui é a ciência da matemática. Essa ciência da matemática é concebida, Ver.^a Nádia, há alguns séculos, tão estudada pelos homens e que agora aqui, Ver. Ramiro, está, insistentemente, sendo negada. O negacionismo está se aplicando à matemática aqui em Porto Alegre. E é muito curioso uma ciência tão exata, nada mais exata do que a matemática, possa ser tão negada como a gente tem visto aqui pela Câmara de

Vereadores, e por muitos colegas de partidos de movimentos que, quando tiveram a caneta na sua mão, não a negaram, não a negaram. Nós vemos diversos prefeitos, governadores de partidos políticos que comandam sindicatos, que aqui fazem pressão nos vereadores, que comandam ou tentam comandar, bancadas de vereadores responsáveis que entendem a exatidão da matemática, impondo-lhes uma visão negacionista sobre os números. Mas que nos seus governos aprovaram a reforma da previdência, aprovaram os reajustes de alíquotas, não negaram o equilíbrio fiscal, não negaram os números. Eu imagino como está Pitágoras vendo isso aqui, como as grandes cabeças da matemática se reviram o túmulo vendo as discussões que fazemos aqui, quando falam que a previdência está equalizada, que não precisa de reforma, que está tudo bem gastar quase R\$ 4 milhões diários com um rombo. Pergunto ao cidadão de Porto Alegre – 1,5; 1,4 milhão de habitantes –, que sofrem o que os vídeos da oposição encaminhados para o grupo de WhatsApp dos vereadores atestam: alagamentos, falta de serviço público, falta de acesso à educação, saneamento. Mas esses vereadores não explicam ao seu eleitor, mas mandam os vídeos ao grupo de vereadores, porque não há atendimentos, porque não há serviços. A matemática, senhoras e senhores, não dá para ser negada a matemática. Já dizia, não lembro a autora: “Você pode ignorar a realidade, mas você não pode ignorar as consequências de ignorar a realidade”. Autora, Ayn Rand. Estamos ignorando as consequências da realidade, quando se manda um vídeo dizendo sobre a falta de serviço público para atender a população pobre, ignora-se de falar para aquela população pobre, que ela está pagando a conta desse 1% que não lhe permite ter serviço público. Nós aqui, como vereadores, temos a obrigação de atender 1,5 milhão de habitantes, que precisam desses serviços e que dependem de reformas como a da previdência para ter acesso a isso. E aí, eu quero fazer um convite a reflexão aos meus colegas, que não se iludam com os eleitores que eles não têm. A bancada do sindicato está muito bem composta aqui, elegeu seus vereadores do PT, do PSOL e do PCdoB. Tem muito mais voz, inclusive, do que representação no Parlamento. E esses 15 mil cidadãos de Porto Alegre, que merecem respeito e está me concedendo muito respeito, porque essa é a proposta mais generosa que se tem no Brasil para os servidores, aliás, se torna, inclusive, desconfortável para o NOVO votar, tamanha a generosidade diante de uma situação calamitosa nas finanças públicas. Essas pessoas estão subtraindo dos 1,5 milhão de habitantes o acesso ao serviço público, o acesso ao serviço básico. Então, não adiantará depois reclamar de uma majoração de alíquota para 22%, se nós negarmos a melhor alternativas que temos, que é a proposta vigente, como eu falei, muito generosa e que ouviu a todos, e para ser democrático, a todos, a todas, atores, e como quiserem chamar. Todo mundo participou desse negócio, todo mundo contribuiu, todo mundo falou. E agora se fala em falta de democracia, ou que não se tem aí um entendimento e sensibilidade. Ora, falta entendimento e sensibilidade àqueles que negam a ciência, que negam a matemática e que insistem em levar o seu eleitor - que acha que essa reforma é ruim -, à autoenganação, porque em breve ele pagará a conta ainda maior se não fizermos a reforma. Então encaminho aqui e agradeço a atenção de todos os colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver. Daiana Santos está com a palavra.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, prefeito, vice-prefeito, boa tarde a todos aqueles que nos acompanham, colegas vereadores e vereadoras, faço uma saudação especial ao Ver. Giovani Culau, que a partir desse momento se soma, faz esse corpo, tão importante à bancada do PCdoB aqui na Câmara cem por cento LGBT, neste exato momento; saúdo a todos e aquelas que nos acompanham e venho aqui a este plenário falar desse projeto, que não tem diálogo algum com o trabalhador. Quando nós recebemos e fazemos essa avaliação, a primeira coisa que a gente observou foi que desde 2001, os municípios que constituem o próprio Fundo da Aposentadoria do Previmpa, já tinha sido registrado, um superávit de R\$ 108 milhões. Olhando para tudo isso e levando para uma forma mais simpática, mais simples para que a população também compreenda isso, é falar que, em definitivo, não é essa a prioridade, não agora, não neste momento, porque a gente aqui a gente não tem nenhum problema. Sofremos aqui ataques, aqui falam que nossos interesses são diversos, aqui falam que somos representação de sindicato. E eu quero falar aqui, com muito orgulho, a gente representa a classe trabalhadora neste espaço. Essa classe trabalhadora que é atacada, essa classe trabalhadora que é composta muitas mulheres que não estão sendo consideradas nesse processo, mulheres com dois, três turnos, que colocam suas vidas à disposição desse processo de trabalho, que não são reconhecidas, mulheres que, sim, vão para a rua, porque, em definitivo, se nós não formos para a rua, nós vamos ser mortas, atacadas por um governo que está alinhado com uma política de morte. Que até então deveria estar passando vacina para a população, que até então deveria estar passando cuidado para a população, com comida, com abertura segura das escolas, que nós, do PCdoB, protocolamos, que nós pensamos isso, nós fizemos um protocolo pedagógico-sanitário que não foi aceito. Mas, obviamente, foi copiado, e aí está tudo bem, porque projetos bons devem, sim, serem replicados neste espaço. Aqui fica a nossa posição e a nossa postura de indignação diante desse projeto, porque, em definitivo, não é possível construir nada sem o diálogo com a classe. Nós nos colocamos contra, e falo aqui em meu nome e em nome da bancada do PCdoB – Ver.^a Bruna Rodrigues e Ver. Giovani Culau –, porque, sim, representamos essa classe trabalhadora, não vamos aceitar calados e lutaremos até o último momento, porque enquanto tiver um dos nossos passando fome, porque enquanto estiverem as escolas da forma como estão, enquanto a gente tiver que ir até a Vila Jardim alagada porque estourou... No mês de janeiro foi feita essa solicitação, nós estamos entrando em junho e até agora absolutamente nada foi feito. Enquanto houver esse desrespeito com a população, nós estaremos do lado da população e da classe trabalhadora. Definitivamente não tem como negociar. Aqui trago estampada na minha cara a solicitação de respeito pelo SUS, pela população que o utiliza; aqui trago a solicitação de que seja aceito o que é necessário ser feito para minimizar esse impacto absurdo que vai ter na vida dessa comunidade porto-alegrense que já sofre muito, porque os trabalhos precarizados geram ainda mais vulnerabilidade, e a gente está vendo a que

isso leva. As prioridades são outras, pois que sejam as prioridades daqueles que vão se responsabilizar por toda essa desordem, porque nós temos certeza de estar do lado certo e sustentaremos essa posição até o último momento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, prefeito; boa tarde, vice-prefeito; Presidente da Câmara, secretários, colegas vereadores e vereadoras, pessoas que nos assistem; eu quero falar em especial para os vereadores Robaina, Oliboni e Pedro Ruas, meus colegas e amigos antigos; e em nome do Ver. Leonel Radde, policial – talvez por ser policial, por ser agente da Polícia Civil, onde meu pai foi chefe, secretário de segurança –, em nome dele cumprimento todos os meus novos colegas e quero me referir sobre a polêmica de hoje. Venho a esta tribuna para dizer que tem algumas coisas na minha vida que eu aprendi, porque sou casada com um judeu russo, e os judeus são muito bons com números, não tem mágica, e vou dizer para vocês a frase que todos aqui devem pensar: se tem um lugar em que não tem mágica, é na economia. Ninguém pode fazer nenhuma mágica, e para que o governo continue a pagar os aposentados por meio das contribuições e dos tributos, é necessário diminuir o déficit da previdência – isso é claro como dois e dois são quatro! –, seja ela municipal, estadual ou federal. Sobre diálogo, pessoal, eu, particularmente, estou cansada, prefeito, de tanto diálogo sobre esse projeto. Foram muitas reuniões, foram muitas sessões, audiência pública, e eu quero dizer para vocês – aos novos que estão aqui, aos antigos não, porque eles conhecem – que se tem uma pessoa que é povo, que é humilde, que está preocupado com o cidadão, com aquele mais necessitado, é o Sebastião Melo, todos nós sabemos! A gente ouvia isso durante todo o tempo na campanha: “O Melo tem que ser mais elite, o Melo tem que ser mais isso...” Ora! Eu o conheço, estou há vinte e tantos anos nesta Casa, o Melo já foi vereador, Presidente da Câmara, vice-prefeito, deputado e agora é prefeito, ele não chegou de paraquedas! Eu não consigo entender algumas coisas: se nós não aprovarmos a reforma da previdência, quem vai sair perdendo? Toda a cidade!

Eu tenho aqui dados que peguei no jornal, são bem isentos (Lê.): “A proposta do governo. Como regra geral, os servidores novos só poderão se aposentar com 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Hoje, é 60 para homens e 55 para mulheres”. Deixa eu dizer para vocês: sabem quantos anos eu tenho? Sessenta e quatro – ninguém me dá, não é?! Esta é a vida nova, esta é a sociedade que nós vivemos. Eu, sinceramente, não consigo entender todo esse drama, todo esse bate-boca por algo que o mundo mudou, a sociedade mudou, as pessoas estão vivendo mais. Vamos lá (Lê.): “O servidor que está na ativa pode optar por pagar um ‘pedágio’ [vejam bem!] (pagando pelo período que falta para a aposentadoria) ou por um sistema de pontos (que leva em conta anos de contribuição e idade), permitindo que se aposente a partir dos 60 anos

para buscar a integralidade do valor. Os servidores [prestem atenção como não tem nenhuma maldade nessa reforma da previdência.] ingressantes até a aprovação da reforma poderão optar por uma das duas regras de transição”. Eu não consigo entender, sinceramente, eu talvez seja muito objetiva, olhem que eu li, li, debati, peguei pessoas que não são políticas, que não estão envolvidas como nós estamos, e elas elogiaram o projeto; olha que o prefeito fez concessões, que eu, sinceramente, não teria feito – eu só fui secretária de Estado –, porque se tem algo que o gestor é responsável, é pelas contas.

Eu não tenho dúvidas de que o prefeito Sebastião Melo, através deste projeto, está pensando num único bem: na cidade de Porto Alegre e na vida dos porto-alegrenses. Quero dizer para vocês, principalmente para a oposição: todas as vezes em que os senhores e as senhoras apresentaram um projeto que beneficiasse a população carente, mesmo que fosse contra o governo, eu subi na tribuna e dei meu voto. Então eu peço a todos que reflitam, que analisem, que não sejam injustos, porque ninguém aqui está fazendo um pacote de maldades e sim pensando na cidade, na vida dos porto-alegrenses, que se possa pagar salários e aposentadorias e para que se possa também oferecer serviços de primeira necessidade para a população. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde Sr. Presidente, prefeito Sebastião Melo, vice Ricardo Gomes, secretários que aqui acompanham nosso prefeito de Porto Alegre; eu queria dizer ao prefeito, ao nosso vice, aos secretários e às lideranças dos partidos que aqui se encontram que tem vários times que não entram em campo, por algum motivo, como um avião que deu problema ou não tinham dinheiro para ir, aí esses times comentam que poderiam ter ganhado, mas poderiam ter perdido. Sr. Prefeito, acho que acabou essa história, acho que o senhor tem autonomia e autoridade de botar esse projeto para votar, seja o que for, base é base! O senhor não precisa de 26 votos aqui nesta Casa para aprovar nome de rua, que é um exemplo que nós damos; o senhor não precisa disso, o senhor precisa de uma base aqui nesta Casa para fazer o projeto mais importante desta cidade na sua gestão, um projeto para o povo de Porto Alegre, que é essa reforma da previdência. Quero dizer que é muito bom alguns partidos estarem falando aqui, só que teve estado que aprovou não a reforma, Ver. Idenir Cecchim, aprovou o projeto que foi protocolado hoje e uma boa base dos vereadores assinaram! Aí quero dizer para vocês que já estou entrando com uma emenda – me inspirando em São Luís do Maranhão, Ver. Mauro Pinheiro, me inspirando em Fortaleza e no Rio de Janeiro – de 28%. Essas três cidades aprovaram 28%; por que nós vamos aprovar 22%? O Previmpa já falou para os mais de 20 mil aposentados que eles irão começar a pagar também? Já falaram? Já falaram, Ver. Jonas? Já comunicaram que a ex-vereadora, deputada Sofia Cavedon vai começar a pagar, no mínimo, 22%, e se a minha emenda for aprovada irá pagar 28%? O dinheiro é um só! O

discurso é “precisamos de vacina, precisamos de remédio, precisamos de auxílio, precisamos de tudo”, mas – com todo o respeito que eu tenho, não digo nem ao meu amigo, mas ao prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo – o dinheiro, esse chinelão vai ter que resolver! Porque assim que tratam o prefeito, como um chinelão, o prefeito de toda a cidade de Porto Alegre; se o Melo é chinelo, eu sou uma Havaianas bem usada, pretinha ou verdinha, com um preguinho na ponta! Uma pessoa – que veio das famílias mais humildes, que veio lá do seu estado para cá e que agradece sempre a Porto Alegre, mas Porto Alegre tem que agradecer a ele por ter escolhido a nossa cidade – que é considerada chinelão pela casta do setor público, porque é uma casta, por favor! Tenho certeza que o pessoal que trabalha na limpeza urbana que se aposentou no Município, o pessoal que trabalha na portaria da saúde ou um técnico de enfermagem não quer continuar com esses privilégios de alguns. São privilégios de alguns. Se querem se aposentar novinhos, vão jogar bola! Vai jogar bola, meu galo! Aí com 30, 35 anos está aposentado; vai jogar bola ou vem para a realidade de um trabalhador que trabalhou em pé sua vida toda, está cheio de varizes nas pernas, que já teve trombose nas duas pernas por ficar em pé o dia inteiro, essa é a realidade de quem está lá virando massa numa obra, de quem está lá soldando e fica cego; essa é a realidade, não é a realidade de entrar com R\$ 19 mil no setor público, fala isso, Jonas! Porque é isso que tu estás defendendo, os que entram com R\$ 19 mil. Eu nunca vi vocês falarem aqui da professora, eu nunca vi vocês falarem aqui do agente de saúde, nessa cara de pau de vocês; tenho coragem e faço uma emenda que tem que aproveitar no setor público, que não pode mais trabalhar no privado. Os advogados, os médicos, os engenheiros, os arquitetos, os contadores: se aposentou, acabou! Mas, não; querem sair no momento em que estão produzindo. Eu tenho 55 anos, tive Covid, estou aqui com todo o gás do meu pulmão, dizendo que a cidade de Porto Alegre precisa dessa reforma, porque quem trabalha está lá fora produzindo e precisa de saúde, precisa de educação, precisa de políticas públicas e sociais. Não adianta vir aqui dar discurso.

Sr. Presidente, colegas vereadores, o jogo só pode ser vencido quando o jogo é apitado e se inicia. Vamos aqui iniciar a votação desse projeto da reforma da previdência! Base é base, não precisamos mais de 20 para aprovar a alíquota de 28%. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todas e todos, vereadores e vereadoras presentes, prefeito Sebastião Melo, toda equipe. Quero dialogar sobre este projeto que, de fato, é estratégico para a cidade de Porto Alegre não apenas por falar das carreiras de milhares de trabalhadores da nossa cidade, mas por falar das carreiras da qualidade do serviço público, que é prestado na nossa cidade e que é vital para a vida das nossas comunidades. Prefeito, o senhor pode ter tido uma ótima intenção

ao vir aqui na Câmara e dialogar conosco, no entanto nós não vimos, na sua intervenção, elementos de diálogo; nós vimos um caminho de mão única sendo apresentado para o futuro da nossa cidade, nós vimos uma via unilateral para pensar as contas públicas e a situação da nossa economia. É lamentável. Na verdade, seguiu uma tendência que nós temos visto aqui nesta Casa também por parte da liderança do governo, que é negar a discussão, entrar junto na pauta. Nós já vimos esse discurso ser feito no Brasil em outros momentos, é um discurso de viés ideológico, essa é a verdade. Bolsonaro e Paulo Guedes, em 2019, disseram aos quatro ventos para a população brasileira: “Aprovem a reforma da previdência que a vida de vocês vai mudar, é disso que nós precisamos para o Brasil entrar nos trilhos”. E o que aconteceu dois anos depois? O que aconteceu? O Brasil, hoje, vive uma realidade duríssima de subemprego, de terceirização, é isso que está acontecendo no mundo do trabalho, e é uma tendência, infelizmente, na cidade de Porto Alegre, em diferentes setores do serviço público, como na saúde e na educação: a regra é precarizar as condições de trabalho. Existem alternativas para isso. O Ver. Claudio Janta veio aqui esbravejar na tribuna porque quer nivelar por por baixo as condições de vida do povo trabalhador! Não é verdade que aposentadoria é privilégio, não é verdade que ter direito é privilégio! Querem nivelar por baixo a vida da classe trabalhadora brasileira, quando, na realidade, hoje, os trabalhadores de aplicativos, milhares de jovens negros, milhares de moradores de periferia não têm direito algum, não têm direito à aposentadoria, a férias. É isso o que vocês querem? Nivelar por baixo? Aí, tem que demonizar o servidor público. Essa é a política de vocês.

Essa proposta que foi apresentada sobre as alíquotas agora é mais um exemplo disso. É pior do que aquilo que o governo federal apresentou, porque lá em Brasília o servidor que vai pagar os 22% está no teto, está no auge; aqui, não, o servidor que ganha algo como um salário mínimo do DIEESE vai ter que pagar esse valor. Aí, o governo vai de um lado para o outro, de uma reforma que seria boa para uma política que é draconiana, é um ziguezague. É isso o que está sendo proposto. Eu quero dizer que há alternativas, sim.

A matemática do Camozzato, a matemática do partido NOVO não inclui os ricos – essa é a grande questão. Vamos olhar para a lista dos maiores devedores de IPTU e ISS da cidade de Porto Alegre. Esses números não importam. O Itaú, que deve R\$ 13 milhões de ISS, não está na matemática do partido NOVO; teve um lucro líquido agora no 1º trimestre de mais de R\$ 100 milhões. E não tem dinheiro para pagar as suas dívidas com o Município? Não tem? Se nós somarmos os dez principais devedores de ISS e IPTU – só para pegar esses dois impostos da cidade de Porto Alegre –, nós teríamos mais de R\$ 100 milhões na cidade de Porto Alegre para os cofres públicos municipais. E aí vocês vêm à tribuna dizer que não há alternativa. Isso é um engodo, é um engodo o que está sendo apresentado para a nossa cidade. É um discurso que o Brasil já provou que não é correto, porque não há necessidade, considerando o que é o Previmpa na cidade de Porto Alegre.

Nós poderíamos escolher outros caminhos para resolver esse problema; mas não, a escolha é atacar o trabalhador e, por consequência, o serviço público, que é tão

importante na vida das nossas comunidades. Por isso, eu vou votar “não” a este projeto, fazendo esse apelo.

Para concluir, Presidente, eu fiquei muito feliz que, no sábado, eu vi uma unidade democrática importantíssima em todo o Brasil. E lá tinha bandeiras do PDT – fiquei muito feliz em ver –, tinha militantes do PSB. Foi muito importante. Que esses partidos agora se comprometam também com o que aconteceu nas ruas de Porto Alegre e de todo o Brasil no último sábado, defendendo os direitos dos trabalhadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Meus cumprimentos ao prefeito, ao vice-prefeito, aos secretários, às vereadoras e aos vereadores, ao público que nos ouve e nos assiste. Nós temos que começar esclarecendo bem de que relação estamos falando. A nossa relação é com o governo municipal, não é com o prefeito Sebastião Melo, com a figura individual do prefeito, é com o governo. É o governo, é o secretariado, é a bancada de governo, é disso que nós estamos falando, é sobre isso que nós estamos debatendo. Quando se fala nessa relação, nós não podemos esquecer que, quando nós começamos aqui – e foi criticado o próprio Judiciário pelo Sr. Prefeito –, se nós não buscássemos o Judiciário, nós teríamos um microespaço de poder nesta Casa. O governo tirou tudo, tudo, como se fôssemos vereadores de segunda linha.

Quando o prefeito assumiu, o governo anunciou o perdão para as multas daqueles comerciantes – grandes comerciantes, geralmente – que descumpriram as regras das bandeiras do governo estadual. Depois, nós temos aqui um debate que tem que ser muito mais aprofundado. Se as finanças de Porto Alegre estão em jogo e em discussão, nós vamos discutir, sim, o próprio RecuperaPOA. Por que os grandes e os gigantes empresários têm que ter benefícios? Não vão pagar juros, não vão pagar correção monetária sobre os seus débitos de ISS e IPTU? Eu quero saber o que já perguntei para o governo várias vezes e nunca tive respostas: quem está cobrando o ISS dos bancos? Eles perderam essa isenção em 1994, por uma lei de minha autoria. Se eles pagassem o ISS correto, nós teríamos cerca de R\$ 1 bilhão ao ano. Teríamos R\$ 1 bilhão ao ano! Mas eles não pagam. Alguém está cobrando? Quem está cobrando? Quanto eles devem? Essas questões todas são importantes, porque vem aqui o governo – e eu coloco o governo, não a figura pessoal do prefeito, ele é meu amigo, amigo pessoal – e diz: “Não, se não passar essa reforma, quebra a cidade”. Isso não é verdade, há “n” outras alternativas. Vem aqui o governo, e, se passar isso, como quer... Já está anunciando que vai privatizar a Carris, quebra a cidade. Não é assim que funciona.

Pelos discursos que ouvimos hoje – e o conjunto dos discursos é o governo, não é a pessoa do prefeito Sebastião Melo, é o conjunto –, está havendo aqui um exemplo de chantagem. “Ah, não querem aprovar? Então vocês vão ver”. É isso, esse é

o diálogo. “Não faz o que eu quero, aí eu vou piorar a coisa, aí eu vou bater de verdade”. Vai a 28%, 30%, 50%. “Vamos tirar o salário dos servidores, vão trabalhar de graça”. É isso, essa é a forma de relação que se estabelece entre o governo e a minoritária composição da Casa? Então, na verdade, a gente tem aqui um debate único e exclusivo de uma só mão, de uma só direção. O governo quer aprovar esse projeto, tem compromissos com esse projeto, quer aprovar; mas há outras alternativas, há muitas outras alternativas! Esse projeto... (Problemas na conexão.) ...maior respeito, ele é mal elaborado; inclusive, a redação tem problemas. Ele foi emendado e ficou pior ainda. Tem uma situação grave mesmo para tramitar. Aliás, a tramitação – é importante registrar –, o respeito, o diálogo... Mas, vem cá, na outra segunda-feira, não estava previsto que ia ocorrer a 1ª discussão do projeto, a reunião do colégio de líderes não estabeleceu isso. Mas o governo impôs essa discussão, impôs, e foi feita, impôs na quarta-feira, e foi feita. Então, impôs a votação no dia de hoje, que é provável que não seja feita – o governo não tem os votos necessários.

Então é uma situação que nos constrange, constrange mesmo, como vereadores, como parlamentares, como representantes do povo, o governo vir aqui e apresentar elementos de chantagem. Chantagem! Nós não vamos cair nisso, não, não vamos. Esta Câmara aqui tem história! Esta é a Casa que, em 1874, aboliu a escravidão; esta é a Casa que já teve Marcos Klassman e Glênio Peres; esta é a Casa, a única Câmara Municipal em todo Brasil que reintegrou vereadores cassados. Não é uma casa para ser ameaçada, para ser chantageada. Tem que respeitar o Legislativo, tem que dialogar e respeitar. O tratamento que recebemos aqui no cotidiano, e não estou me queixando por ser pessoal isso também, mas é um tratamento que não respeita nada. Eventualmente, tem uma maioria; agora, faltou a maioria. Vem a chantagem. Essa nós não vamos aceitar. Não é com chantagem que se convence a oposição nesta Casa, em hipótese alguma. O nosso compromisso com os servidores municipais permanece em pé. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o nosso prefeito, saudar o nosso Presidente, as senhoras vereadoras e os senhores vereadores. Que choradeira, hein? Cecchim, o Ver. Jonas tem 33 anos de idade, tu tens dez anos e pouco da carreira dele, professor; mas, em 2001, o amigo andou cedido a um partido político, ou seja, de dez anos, ficou quatro anos e um mês nas escolas. Ficou cedido a um partido político por dois anos e seis meses. E tempo cedido ao Simpa, dois anos – e tu continuas lá. E tu já queres te aposentar? Que vergonha, meu amigo. Aqui não tem apoio, tem que trabalhar. Então, na realidade, o que nós estamos vendo aqui é gente jovem, como o Radde, um jovem, já pensando em aposentadoria. Tu terás que trabalhar ainda mais 25

anos para te aposentar por tempo de serviço. Então, naturalmente, fazer barulho lá fora é outra realidade, Cecchim. Aí, tudo aceita.

Prefeito, não teve cinco pessoas que tenham mandado mensagem para o meu celular, não teve cinco pessoas, e eu expliquei, meu vice-prefeito Ricardo, com muita educação, que é inevitável essa reforma, é inevitável. Mas eles que escolham, como disse o prefeito, se querem o PELO, que atinge em torno de 17 mil, ou se querem esse das alíquotas, que vai atingir 30 mil entre inativos e ativos. Nós não estamos aqui para barganhar, nós temos que fazer. Eu participei, na Assembleia, já naquela oportunidade, como deputado, da reforma previdenciária do Estado. Eu pergunto para o Radde: qual é a melhor, é a do Estado ou é esta do Município? Tem que dizer. Esta, nós, vereadores – a maioria –, tentamos, acordamos; a outra que estava aqui, do governo anterior, era pior do que esta. Todos nós acordamos que nós podíamos ajudar. Agora, não podemos iludir, não dá para iludir mais. Quando vocês tiverem tantas carteiras cheinhas necessárias, aí vocês vão se aposentar. Eu não me aposentei pela Assembleia, podia completar lá a minha aposentadoria. Eu paguei mais de 40 anos de previdência, Ver. Barboza, esperei, esperei. Com todo salário de ex-atleta, de deputado, de vereador, não cheguei ao teto, Ver. Ricardo – e olha que meu salário era alto, hein? Esta carteirinha é simbólica, do tempo da CBD, 1973, meu primeiro contrato profissional; mas já antes, com 17 anos, eu trabalhava para a cooperativa em São Borja, capital da produção do Brasil. Então, na realidade... Chorei? Não, esperei, fiz uma aposentadoria complementar. Poucos atletas fizeram. Eu fiz porque eu sabia que, um dia, ia terminar a minha carreira; embora com um bom salário, um dia, ia terminar. Eu optei pela política. Poderia estar rico? Poderia estar rico no futebol, mas não. Acreditei no sistema, esperei, trabalhei e cheguei à minha aposentadoria. Portanto, não pode ser assim, tem que preencher as carteiras; se não preencher as carteiras, não tem direito à aposentadoria, tem que provar. Agora, ficar na rua gritando? Por isso que o Jonas se elegeu, iludindo esse funcionalismo municipal que ia resolver aqui na Câmara. Ninguém resolve aqui sozinho, aqui tem que ser no diálogo, no coletivo.

Nós queremos modificar a previdência porque é bom para o funcionalismo, não vão perder nada aqueles que estão até hoje, é de agora em diante. Consequentemente, nós vamos possibilitar, com essa reforma, um futuro para muitos que não tiveram e não têm ainda. Essa é a realidade; por isso, nós temos que votar essa reforma. Já foi feita no País, e foi feita com quem? Com o Lula! Eles defendem tanto o Lula, e foi o Lula que fez a reforma previdenciária em nível nacional. Então não tem partido a reforma, é a necessidade do Município, do Estado. A maioria do País já fez, nós precisamos fazer. Agora, claro que eu tenho que entender que eles têm que gritar “sou oposição”, oposição por oposição. Eles não defendem o pobre, eles defendem a pobreza. A maioria da população não tem aposentadoria. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, prefeito Sebastião Melo e seu secretariado; boa tarde, colegas vereadoras e vereadores; boa tarde, público que nos assiste pela TV Câmara e por outros meios de transmissão, especialmente os servidores públicos municipais. Eu me inscrevi porque, primeiro, eu sou daquelas – junto com a minha bancada, com o meu partido, com os movimentos sociais que eu participo – que acreditam no serviço público, no serviço público como algo indispensável para o bem-estar social, para garantir as políticas públicas especialmente para aqueles que mais precisam do Estado que são os pobres, que são os trabalhadores, que são os negros, as negras, os periféricos. Entretanto, cada vez que se fala em crise, o primeiro setor a ser atacado é o serviço público, e ataca-se através do servidor público. Não existe serviço público de qualidade sem o servidor público também devidamente preparado, capacitado, renumerado. Eu encaminhei, prefeito Sebastião Melo, tive a oportunidade de fazer um amplo debate aqui na Câmara através da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana sobre o impacto da reforma previdenciária na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, especialmente, das mulheres, e o que chama atenção, neste projeto de reforma, é que ele trata de uma forma tão distinta as mulheres no sentido de penalizá-las: sete anos a mais de contribuição para as mulheres. Também não é por acaso. As servidoras municipais representam 68% dos trabalhadores do Município. No momento tão difícil, que nós sabemos que são as mulheres que estão na linha de frente, tanto na saúde como na educação, essa reforma vem penalizar justamente esse setor.

Eu queria, prefeito, fazer duas perguntas, por isso que eu me inscrevi. Primeiro, eu encaminhei para o Presidente da nossa Casa um requerimento, pedindo que suspendesse os trabalhos até que nós pudéssemos ter acesso, e talvez o secretário da Fazenda possa contribuir com isso, a uma auditoria externa que foi requerida, contratada pela Prefeitura, porque no entendimento do secretário da Fazenda, quando ele era do Conselho Administrativo do Previmpa, era impossível fazer um cálculo atuarial sem que houvesse uma auditoria externa, uma auditoria feita com seriedade, com profundidade que avaliasse, por exemplo, a situação. Muitos vereadores que falaram antes de mim disseram que outros Estados, outros municípios fizeram reformas muito mais severas, muito mais contundentes, mas, se a legislação federal não tornou obrigatório que os municípios e os Estados fizessem, foi porque cada Estado, cada município tem as suas peculiaridades, e Porto Alegre, eu quero dizer aqui para lembrar os senhores e as senhoras, quem nos assiste, já vem há algum tempo fazendo reformas profundas no serviço público. Primeiro, faz uma década, dez anos que não tem reajuste salarial, já está computada uma perda de 15% nos salários dos servidores municipais. O aumento da alíquota de 11% para 14% em 2017, ou seja, recentemente, através da Lei Complementar nº 851 de 2019, o Município alterou o plano de carreira, alterando a concessão dos avanços, extinguiu as condições de gratificação por tempo de serviço e alterou as regras de incorporação de funções gratificadas. Além disso, Porto Alegre tem dois sistemas: o simples e o capitalizado. Então, tem uma realidade muito peculiar que não dá simplesmente para, porque o Estado e o Município fizeram, implementar aqui em Porto Alegre. Nós sabemos que os trabalhadores e as trabalhadoras de Porto Alegre,

especialmente, as mulheres têm perdas irreparáveis nessa última década. Então, eu gostaria de ouvir: como fica esse cálculo atuarial, que a própria Prefeitura colocou como uma exigência? A própria Prefeitura contratou. Prefeito Sebastião Melo, a nossa bancada é uma bancada de diálogo, mas quero dizer que fica difícil de dialogar dessa forma quando a gente vê que os trabalhadores são penalizados, especialmente, as mulheres.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente; boa tarde, prefeito Sebastião Melo; vice Ricardo Gomes; secretários – os Rodrigues, que estão conosco; colegas vereadores e vereadoras e público que nos assiste pela TVCâmara. Na verdade, eu queria começar dizendo que esse trabalho do prefeito Sebastião Melo se iniciou no dia 1º de janeiro com um déficit dos cofres, em que tinha lá R\$ 208 milhões em dinheiro, e duzentos e trinta milhões e poucos reais em dívida, ou seja, já se começou com quase R\$ 30 milhões de déficit no caixa da Prefeitura. Em quatro dias de mandato, ele precisou redigir um novo decreto referente à pandemia que mexia muito com a vida de todos nós e precisava tomar decisões urgentes; nessa semana também, estava entrando em colapso a mobilidade urbana, os ônibus poderiam parar; dentre esses assuntos, tantos outros urgentes para a nossa cidade. No ano passado, no outro pleito, eu já era vereadora de Porto Alegre, veio o PL do ex-prefeito Marchezan falando sobre a previdência, e eu fui uma das vereadoras que votei contrária ao projeto, que eu não acordava sobre a forma como ele era apresentado para a nossa cidade. Veio uma retificativa que não foi aceita, foi retirada em função de uma liminar e começou-se a construir uma emenda, uma emenda com muito diálogo entre os vereadores de base, em que o prefeito ouviu, e eu estava presente, o Sindicâmara, a Associação dos Procuradores, a Associação dos Auditores e tantas outras instituições, o Simpa. Ver.^a Nádia, o Simpa, sim, me procurou, mas para me pedir que não fizesse a reforma. E a diretoria, um dos diretores do Simpa me disse que achava muito bom o que nós estávamos construindo enquanto emenda e subemenda, mas que eles jamais poderiam acordar esse tipo de atitude pelo simples fato de que a assembleia não aceitaria, ou seja, por ideologia, não por construção. Conversei muito e tive muitas reuniões durante quatro para cinco meses com todas essas instituições. E construímos uma subemenda melhor ainda do que a emenda, uma subemenda que trouxe regras como os 90% de contribuição em vez dos 95% da primeira emenda, em que o trabalhador, o servidor pode descartar 10% das suas contribuições. Trouxemos também o que tinha lá na emenda de dois anos e 50% de pedágio para cinco anos, para quem até cinco anos para se aposentar, 50% de pedágio, que é muito bom para aqueles que estão próximos da sua aposentadoria. Trabalhamos a regressão de até dois anos para aqueles que trabalharam a mais em tempo de serviço. Conseguimos construir também de 1998

para 2003 a integralidade e a paridade e só não se ampliou mais, porque tem uma Emenda Constitucional nº 41, que é do PT – eu não sou de falar de partido, que eu acho que todos nós construímos juntos, mas é uma construção do PT –, passando a ser somente por média; então, não se pôde mexer além disso. E também construímos o abono permanência, sendo que o trabalhador, o servidor pode continuar trabalhando tendo os seus direitos garantidos pelo tempo de trabalho e pela sua idade já completos para a sua aposentadoria. Então, é uma grande construção. Como vereadora, eu não acordei com o PL do ex-prefeito, mas sabemos que muitos desses projetos que vieram para esta Casa no governo anterior eram necessários, porém malconduzidos naquele momento. Muitos projetos ainda virão, teremos muitos problemas para enfrentar como o problema da mobilidade, como a saúde com a extinção do IMESF, que nós sabemos que vai nos trazer ainda muitos problemas e que nós precisamos resolver e nós teremos de enfrentá-los.

A maioria dos meus eleitores é pobre; são pessoas que vivem na periferia, que vivem nas camadas mais humildes da sociedade, pessoas acamadas, pessoas que estão muitas vezes esquecidas pelo poder público, e assim mesmo eu busquei trabalhar por uma reforma adequada aos servidores, porque eu acho que é de direito e de respeito para com esses trabalhadores. Bom representante é aquele que pensa no povo como um todo, pensa na construção da cidade e em suas melhorias. Portanto, Ver. Mauro Zacher, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Airto Ferronato, é nossa obrigação, para o povo de Porto Alegre poder melhorar, a camada mais pobre da nossa sociedade, aprovar este projeto de lei. Foi feito em nível federal, foi feito em nível estadual e vai ser feito em nível municipal. Corajoso é aquele que pensa no todo e não somente em si. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas, principalmente, quem está nos assistindo em casa e quem está na frente da Câmara neste momento em mobilização. Quero iniciar minha fala saudando a manifestação do sábado, 29M, que foi um momento importante de a nossa classe trabalhadora se colocar em luta e se posicionar contra o ajuste econômico e o ajuste político que estão sendo implementados no nosso País no meio de uma pandemia. Não é somente o governo Bolsonaro, são todos esses ajustes que estão sendo debatidos nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores, que novamente querem colocar na classe de quem trabalha, de quem está lá na ponta garantindo os direitos sociais básicos. E todo mundo sobe nesta tribuna para falar em nome dos mais pobres, para falar em nome da periferia, mas quem é que vai lá desentupir o valão? Quem que vai lá na comunidade dar aula, alfabetizar? Quem é que garante a unidade de saúde aberta, se não os servidores? Então, é uma hipocrisia muito grande subir nesta tribuna e dizer que defende pobre, que defende comunidade no Brasil, e é importante dizer que nós estamos

no Brasil, não estamos falando da Grécia, não estamos falando da Europa, no Brasil, um País extremamente desigual, um País em que os bilionários ficaram mais ricos no meio dessa crise. E agora vem essa hipocrisia de tirar novamente de quem trabalha, prometendo crescimento econômico. Fizeram a reforma trabalhista, fizeram a reforma previdenciária, fizeram a terceirização das atividades-fim, aprovaram a PEC do congelamento dos gastos e o Brasil nunca esteve numa situação tão ruim. Quase 500 mil pessoas mortas só de um vírus que já tem vacina. Uma política genocida! Estamos há quase seis anos com dois dígitos de trabalhadores desempregados, desalentados, a fome voltou a assolar o nosso País e todo ajuste fiscal e econômico está sendo aprovado. E não cresce, ou melhor, cresce. Cresce para os super-ricos, cresce para os bilionários, cresce para os empresários que estão muito bem assessorados aqui dentro deste Parlamento. Então, vamos parar com essa hipocrisia de querer dizer que diminuir Estado é fazer crescimento econômico. Nós não queremos ter que escolher entre um prato de comida e uma escola pública aberta, entre o trabalho precarizado e o desemprego. E é isso que vocês vêm apresentando para a classe trabalhadora há muito tempo, a gente tendo que mendigar cada vez mais para conseguir uma qualidade de vida. E, sim, estamos vivendo mais, mas estamos vivendo em piores condições de saúde; é hipertensão, é diabetes, são diversas comorbidades, porque são doenças relacionadas ao trabalho, um trabalho que está cada vez mais precarizado e é essa a realidade do Brasil. É essa a falta de perspectiva de futuro que faz a juventude ir para a rua, chamar sim o Melo de chinelão, mas não foi servidor, foi a juventude que está vendo que não tem uma perspectiva de se formar e entrar numa carreira que minimamente garanta estabilidade, garanta plano de carreira, garanta uma condição de vida melhor de que do seu pai que, muitas vezes, não entrou na universidade, mas consegue ter uma condição de aposentadoria melhor do que está sendo apresentada para nós. Então, a luta, como a gente viu no sábado, como os municipais estão agora protagonizando na frente da Câmara, derruba governos; é disso que os políticos têm medo. É importante a gente saudar, legitimar as mobilizações democráticas que estão acontecendo, que a gente tem que barrar esse projeto econômico, barrar esse projeto político. E a política pior que a gente tem em nosso País é essa política da chantagem, é querer tirar do trabalhador com discurso hipócrita de que se importa com os trabalhadores. E na verdade não é isso que a gente está vendo. Então, saudar a mobilização dos trabalhadores municipais, saudar a mobilização que a gente teve aqui no sábado. Somos contra essa reforma da Previdência! Isso é uma concepção de Estado, uma concepção de democracia e democracia num País em que não existe igualdade. Eu me admiro com vereadoras mulheres defendendo este projeto! Nós sabemos que as mulheres trabalham muito mais que os homens para garantir o trabalho doméstico, para garantir a reprodução na nossa força social. Ao mesmo tempo, a gente vê hoje aqui um discurso de igualdade para se aposentar, tanto que a gente não tem igualdade salarial, tanto que a gente não tem igualdade em relação às liberdades sexuais, tanto que a gente não tem igualdade em relação à ocupação dos espaços de poder, mas para trabalhar mais, essas mulheres vereadoras querem igualdade, típico daquelas que sobem na escada e chutam a escada depois para que ninguém mais consiga subir. Não é essa a luta

das mulheres que a gente defende, não é essa a nossa pauta, e é muito importante subir na Câmara de Vereadores de Porto Alegre porque isso diz muito. Não dá para ser mulher, tem que defender a pauta das mulheres trabalhadoras, de quem pega ônibus, de quem precisa de creche, de quem precisa das atividades públicas funcionando e não só funcionando de qualquer jeito, funcionando com qualidade. Todo apoio à greve dos servidores, todo apoio à luta do povo que batalha.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, Prefeito de Porto Alegre, Prefeito Melo, alguns fizeram uma brincadeira comigo: “Bobadra, por que tu estás com uma gravata vermelha?” Estou com uma gravata vermelha, primeiro, porque eu sou colorado e, segundo, porque a cor vermelha é a cor dos advogados.

Quero dizer a vocês que a gente está vendo um processo aqui complicado. Nós temos um conflito de interesses. Ninguém quer perder nada, mas às vezes, nas nossas vidas, nós precisamos fazer algumas concessões para depois avançar. Como na vida política: a gente está aqui, toma uma paulada, mas aí a gente tem que ter inteligência emocional para saber a hora de absorver o impacto e esperar o momento certo para atacar ou não, pois a gente vai perdendo aqui, a cada dia, um pouquinho mais. Um colega, não vou citar o nome para preservar a fonte, me falou um ditado muito interessante: “Tu és o senhor do teu silêncio e refém das tuas palavras”. Quer dizer, as palavras não voltam com o vento. Não quero ser prolixo, mas vou repetir o que eu já falei algumas vezes aqui: eu trabalho desde os 14 anos, Prefeito Melo, fui auxiliar de serviços gerais da lancheria Comilão, fazia cafezinho, limpava banheiro, aprendi muito, trabalhava das 7h da manhã às 3h da tarde, fazia hora extra até às 6h da tarde, depois ia para o colégio à noite, e não caiu nenhum dedo, estou aqui. Eu acho que o trabalho enobrece o homem, o trabalho ajuda as pessoas a entender o mundo, a vida real, a vida como ela é. Então, embora eu tenha praticamente 25 anos de contribuição para o INSS e mais 20 anos de serviço público, eu fiz uma programação... No dia 2 de junho de 2001, eu fui assaltado num lotação no Humaitá – eu tinha uma namorada, na época, que morava na Vila Farrapos, mas eu achava que era Humaitá –, num sábado, 8h da noite; eu estava no quartel, na época, nós passamos no supermercado – a gente ia para uma festa –, o cara entrou no lotação com uma arma, assaltou, e eu, pura testosterona, reagi e tomei um tiro no rosto. Superado aquilo ali, eu decidi entrar para a polícia. Foi como um gatilho para eu começar a trabalhar na segurança pública. Historicamente, sempre que fui da segurança pública, eu teria direito a uma aposentadoria diferenciada – assim como os professores, assim como os profissionais da saúde, que têm uma carga horária diferenciada –, só que, com o passar dos anos, houve reformas. A própria Constituição Federal, que é um modelo de estado ideal, ela tem

uma ótima hermenêutica, vai mudando conforme os anseios da sociedade - a expectativa de vida das pessoas vai aumentando -, e não poderia ser diferente com relação a essa previdência. Eu tinha uma expectativa de me aposentar com tantos anos, mas a minha aposentadoria foi postergada com dez anos a mais, Ver. Moisés – mesmo assim, é uma aposentadoria diferenciada. Vou repetir aqui: houve a reforma na União, houve a reforma nos estados, houve a reforma em diversos municípios, em várias capitais – inclusive, várias delas administradas pela esquerda –, então, nós temos que fazer a reforma do Município de Porto Alegre, por uma questão de responsabilidade. Nós temos duas opções: ou nós fazemos a reforma, que é uma reforma *light*, tranquila, me atrevo a dizer que a melhor reforma do Brasil, ou nós aumentamos a alíquota da previdência! Então, é uma questão de estratégia: aumentamos a alíquota ou fazemos a reforma? Acho que a reforma é mais conveniente. Eu não gosto de puxa-sacos, ou de quem fica se utilizando de mecanismos para tentar macular e prejudicar a imagem do outro. Eu admiro todos vocês que estão aqui, que foram eleitos pelo povo e que representam o povo de Porto Alegre aqui na Câmara, mas eu quero parabenizar o Prefeito Melo pelo diálogo; vive fazendo audiência pública, traz os técnicos da Fazenda, conversa, mas está sacramentado – nós não podemos subestimar a inteligência do ser humano – que a oposição não quer o diálogo. Pode-se pintar de ouro aqui, mostrar PowerPoint, com números, que não vai adiantar, porque eles não querem a reforma. Estão pensando única e exclusivamente nas eleições do próximo ano, mas nós temos que ter a responsabilidade de passar por aqui e fazer a reforma. Com muita tranquilidade, eu sou servidor público, sei que tem outros servidores aqui que pensam da mesma forma que eu e vão votar a favor dessa reforma da Previdência, que é uma reforma tranquila, *light*. Eu quero manifestar aqui o meu voto, não sei se o projeto será votado hoje, ou na próxima semana, mas eu vou votar tanto a favor da reforma como a favor do aumento de alíquota. Mas eu espero que aquele vereador que estiver indeciso tenha responsabilidade, que não se preocupe em jogar para a torcida, mas que pense que mora em Porto Alegre – e eu vou reforçar o que eu disse outro dia – e que precisamos aprovar a reforma para melhorar a vida de 1,5 milhão de porto-alegrenses, que podem confiar na nossa Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, nosso prefeito Sebastião Melo, vice-prefeito Ricardo Gomes, secretários, servidores públicos, cidadãos e cidadãs que acompanham esta sessão. Início com esta frase: realmente quem nasceu no interior ou numa comunidade pobre e bebeu água duma vertente natural jamais esquecerá dessa vertente. Estranho muito o atual governo que, mesmo conhecendo a rejeição do governo anterior, agora passa a assumir não só os projetos do governo anterior, como do governo federal, um governo

negacionista, suicida e que, logo, logo, culminará em um *impeachment*. Lamentavelmente, nós percebemos aqui que o núcleo central do governo, meu querido prefeito, com o qual o senhor deve estar comprometido, dialoga com uma pauta capitalista, que exclui direitos conquistados ao longo de uma trajetória de vida e que, ao mesmo tempo, precariza demais o serviço público. Eu não digo isso por acaso. V. Sas., na campanha – tem vários vídeos para que nós possamos lembrá-los –, mostraram uma posição e, agora, mostram uma outra realidade. A posição do vice-prefeito era conhecida, nunca gostou de servidor público, já o atual prefeito, quando vereador, votou muito conosco, inclusive, quando fomos governo. Quando presidente da COSMAM – e eu fui colega do então Ver. Sebastião Melo –, tínhamos uma pauta ousada e resolvíamos os problemas, independente de quem era governo. Imaginem se nós adotássemos a mesma postura daquela época no governo anterior e neste governo. Fico muito surpreso, porque o então nobre Ver. Sebastião Melo era uma pessoa; hoje, prefeito municipal de Porto Alegre, é completamente diferente. Eu só espero que esse compromisso político assumido pelo atual prefeito não vá prejudicar sua carreira política, como aconteceu com o prefeito anterior, que prometeu uma infinidade de questões e fez completamente o inverso do que havia prometido. É o que acontece agora com o atual prefeito. Tem vídeos dele dizendo que não iria privatizar a Carris, o DMAE, mas agora já lançou a ideia de que quer privatizá-las. Agora, nesse momento, o que mais me preocupa – e, quando o prefeito Sebastião Melo está aqui, eu tenho o maior respeito por ele, é meu amigo pessoal, apesar de divergir profundamente a essas posições – é quando ele diz que a única saída é não pagar esse montante tamanho de recursos para a previdência, mas, ao mesmo tempo, coloca a reforma da Previdência como a única saída para ter esses recursos para as grandes obras da cidade. E, para alguns projetos que ora chegam na Câmara, ele diz o contrário, como, por exemplo, o Recupera POA, dito aqui por vários vereadores e vereadoras. Eles isentam os grandes, em vez de se preocupar com os pequenos, o que foi prometido em campanha, a isenção ou o não-reajuste do IPTU, assim como tantas outras questões que são fundamentais, como, por exemplo, o diálogo, a compreensão com as famílias menos aquinhoadas e que, até então, estão passando fome e necessidades. Os projetos estruturantes da cidade não podem depender somente da reforma da Previdência. Parabenizo – faço o contrário de alguns vereadores da base do governo – os vereadores e vereadoras que se posicionaram contrariamente, de acordo com a posição das entidades ora envolvidas, principalmente com os conselhos do Previmpa, do Simpa, bem como de outras entidades, se manifestaram publicamente, dando razões pelas quais são contra a reforma da Previdência. Aliás, esse debate fica um tanto prejudicado, por nós não ouvirmos as entidades ora citadas.

O prefeito municipal percebe que, infelizmente, perdeu a luta e já trabalha com uma outra alternativa. Mas eu faço um apelo, em nome da oposição, da bancada do PT, como vice-líder da oposição, para que o senhor retire a prioridade desse projeto de lei e discuta mais com a sociedade ora atingida. São mais de 30 mil servidores, são mais de 100 mil pessoas que estão na linha de frente no combate à pandemia, prefeito.

As nossas considerações pela sua vinda à Câmara, mas, com todo o respeito, vamos devagar, como dizia o senhor, quando era vereador, porque o santo pode ser de barro. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Ver. Márcio Bins Ely, prefeito, vice-prefeito, secretários vereadoras e vereadores. Não poderia deixar de fazer a minha manifestação nesta importante tarde, em que um dos projetos mais importantes do governo está para votação. Mas, antes, eu quero repudiar as manifestações com pichações, com desrespeito e ataques compartilhados por uma vereadora desta Casa. Desrespeito, sim, ao prefeito, que, por três vezes, foi vereador desta Casa, Presidente da Câmara e deputado, que tem uma trajetória conhecida, sem populismo, sem interesses de demonstrar o que não é. Então, registrado isso, quero dizer ao Ver. Pedro Ruas que, constrangimento, são os *cards* compartilhados nas redes sociais, com nomes dos vereadores e mentiras – para ser mais educada, com inverdades – sobre projetos aqui apresentados, dizendo que eram inconstitucionais, que, pelo projeto a que me refiro, os garis seriam prejudicados, dentre outras coisas. Então, é tanta mentira que nós não podemos mais acobertar. Temos que trazer isso à tribuna, fazer *cards*, fazendo o contraponto de tudo isso. Nós não somos todos iguais, nós temos, sim, os nossos núcleos, mas eu não posso aceitar inverdades sobre a minha pessoa.

E sobre a previdência que está em discussão, eu tenho, também, Ver. Cassiá, previdência complementar. No início, havia muitos descontos, mas valeu à pena. Por essa previdência complementar, você não fica simplesmente aposentado sem contribuir com as diferenças de cálculo atuarial, você também é descontado, quando há déficit. Então, essa é a previdência complementar. Não existe resultado se tu não tens o equilíbrio na balança financeira. Não pode só de um lado sair o recurso e não ter a contrapartida. E assim é a previdência complementar, para que todos saibam que não é um pagamento líquido eternamente, tem muitos descontos.

Eu também quero dizer que, quando eu iniciei o pagamento para o INSS, naquela época, incidia sobre 18 salários, depois passou para 12, mas na hora de se aposentar não chega a três salários mínimos. Então, que os jovens que estão aqui também contribuam para a previdência complementar, para, no futuro, poder se aposentar com a idade devida, de acordo com a legislação. E eu quero dizer ainda ao Ver. Cassiá, que veio aqui e mostrou todas as suas carteiras, que eu posso não ter essa carteira, mas eu tenho uma relíquia, que é a carteira profissional de menor – viu, Ver. Jonas? Eu trabalho desde os 14 anos, estou aqui, gosto do que eu faço e gosto de trabalhar. E eu guardo essa carteira dentro de um pequeno cofre – viu, Ver. Cassiá? Foi muito bom o senhor ter mostrado essas carteiras, porque muitas vezes acham que nós só somos políticos. Naquela época, era permitido o menor trabalhar. Então, foi muito bom

que eu fiz essa opção, até por necessidade. Trabalhei no comércio, indústria e fechei a minha carreira brilhantemente, modéstia à parte, em estatal, sem estabilidade, até me tornar vereadora.

Bem, outras manifestações foram feitas, que devemos cobrar dívidas, sim, devemos trazer essas pautas para discussão, mas hoje o projeto é sobre a previdência, e devemos focar nesse importante projeto, até para evitar a majoração das alíquotas. Mas aí a responsabilidade também não vai ser de quem não votar, de quem não votar a favor deste projeto que está em discussão.

Para finalizar, quero dizer que é muito importante a segurança na aposentadoria, não quebrar os planos, não se ficar, na idade que mais se precisa, sem receber a aposentadoria, quando se necessita de auxílio-saúde, cuidadores e, de repente, não se ter essa estabilidade. Por isso, nós somos a favor desse projeto que está sendo discutido, que foi muito discutido, no qual nós temos técnicos de carreira, municipais que estão trabalhando, como o secretário da Fazenda, o Rodrigo Fantinel. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde, povo de Porto Alegre; boa tarde, senhor prefeito Sebastião Melo, que está, nesta tarde, na Câmara, seu vice, demais membros do governo; boa tarde, servidoras e servidores públicos em vigília na frente da Câmara e também nas redes sociais acompanhando este debate da Casa do Povo, apesar de ela estar vazia. Ela está vazia, e isso é um mau sinal. Um projeto importante, que mexe com a vida de quase 30 mil famílias, se fala em 1,5 milhão de habitantes em Porto Alegre, mas são 30 mil famílias entre aposentados e ativos, que carregam esta Prefeitura nas costas, carregam a Prefeitura no DMAE, na educação, na saúde, enfim, em todos os serviços. Carregam, porque não são os políticos, os vereadores, não. Os vereadores terminam a sessão e vão para casa, e, no final do mês, entra na conta – essa é a realidade. Aí vêm aqui na tribuna falar mal de médicos, falar mal de enfermeiros, de técnicos de enfermagem. Quem é que está vacinando a população de Porto Alegre? As técnicas e os técnicos nos postos de saúde, sem negar fogo. Muitos já se contaminaram. Já se contaminaram! Está aqui o João Ezequiel, que é técnico, 60 horas na Prefeitura, plantonista do HPV. São esses que carregam a Prefeitura há muitos anos, muito antes de muito vereador vir para a tribuna dar discurso neoliberal, falar mal de servidor público. Muito antes, eles ajudaram a construir a educação neste Município, 99 escolas.

Nós temos que nos acalmar um pouco, acalmar os ânimos, porque, às vezes, eu me confundo, não sei se isto daqui é a Câmara de Vereadores, ou é uma novela, porque tem gente que é ator, é atriz, vem para cá e diz que agora a reforma vai salvar Porto Alegre. Este aqui também, em 2017, este senhor chamado Nelson Marchezan Júnior, este senhor disse que ia salvar Porto Alegre, em 2017, com a reforma. Qual é a

Prefeitura que ele entregou? É a Prefeitura – quatro anos depois de aumentar a alíquota – das obras inacabadas que ele entregou. E ele veio para cá dizer: “Façam a reforma, que eu vou fazer Porto Alegre melhor.” Aqui! Este é o legado do Marchezan do PSDB, do Sr. Ramiro, que vem aqui, do Sr. Rosário, falar que ele sabe fazer contas. De contas pode ser que ele entenda, mas não da matemática atuarial do Previmpa, dessa o senhor não entende. Aqui, as famílias que estão lá na frente da Prefeitura agora, isso aqui é um presente do Marchezan, prefeito Melo, é a bomba armada que ele entregou. Muitos que estão na sua base ajudaram a armar essa bomba na Prefeitura, participando do governo anterior. Eles não vêm aqui fazer mea-culpa, e eles participaram! Alguns foram até cargos de confiança em CRIPs, aqui e ali, e não fizeram a Prefeitura acontecer. Prometeram em 2017 e não fizeram. Quem carregou a Prefeitura nas costas, cinco anos sem reajuste, cinco anos, mais de 23% de corrosão salarial, foi o médico que está no HPS, que, se alguém se acidentar no trânsito, é o médico que vai operar lá. E ele não vai olhar a carteira de identidade, ele não vai olhar o CPF, Ver.^a Karen, ele vai atender todo mundo. É assim na escola, com todo mundo que vai se matricular. Agora, o discurso é o mesmo. De novo, reforma no primeiro ano e, no quarto ano, eu já sei o que vai acontecer, porque discurso que não deu certo não vai dar certo de novo, povo de Porto Alegre. Não tem como dar, sabem por quê? Porque o Temer também deu discurso e entregou o País destruído. O Bolsonaro está dando discurso, e o desemprego aumenta. Os dois fizeram duas reformas, a trabalhista e a da previdência; entregaram desemprego, fome e genocídio. E o Bolsonaro está entregando mortes. Estão acumulando corpos, é o coveiro da Nação o Bolsonaro. Aí Porto Alegre tem que reformar também. Prefeito Sebastião, eu até entendo que o senhor quer dialogar, mas dialogar é construir consensos. Tem gente da sua base aqui, como a Ver.^a Nádia, que é a vice-líder, que arma minas neste plenário, arma bombas aqui, porque ela não dialoga. Ela não dialoga! Eu o convido, prefeito Sebastião, de repente, *on-line*, para o senhor participar, uma vez por semana, porque muda. A Ver.^a Nádia mudou hoje; a Nádia aquela lá do dia da votação, inclusive, da composição da Mesa Diretora, era outra. Eu acho que Porto Alegre não está indo bem. Quinto mês, diálogo é chamar para conversar e construir, e não impor. Eu imponho ou destruição aumentando a idade, ou destruição aumentando a alíquota. Não tem para onde o servidor fugir, não tem salvação.

Por favor, eu quero pedir à base do governo que respeite o servidor público desta cidade, porque são eles que mantêm esta Câmara aberta e eles mantêm a Prefeitura também. Sem diálogo, não tem como nenhum governo construir uma cidade. O Marchezan foi errado politicamente, porque virou as costas para o funcionalismo. O senhor conhece, Sebastião, o senhor já foi vice-prefeito, muita gente votou no senhor, mas esse circuito, essas pessoas que talvez tenham cercado o senhor são muito neoliberais. Não vai dar certo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, prefeito, boa tarde, vice-prefeito, secretários que compareceram na Câmara de Vereadores, meus colegas vereadores; eu gostaria de começar a minha fala hoje citando Margaret Thatcher, porque eu tenho certeza de que o norte deste governo condiz com a importância que ela dá à questão financeira, à economia do nosso Município: “Jamais esqueçam que não existe dinheiro público. Todo dinheiro arrecadado pelo governo é tirado do orçamento doméstico, da mesa das famílias”. Todo dinheiro que esta Prefeitura arrecada vem do bolso do trabalhador, do trabalhador brasileiro, que fica cinco meses no ano trabalhando para pagar impostos. Eu tenho certeza de que hoje o prefeito trouxe todos os secretários aqui, para valorizarem o dinheiro do pagador de impostos, do pagador de impostos que elegeu os 36 vereadores, não só dos dez mil trabalhadores que estão buscando fazer uma luta corporativista em cima de privilégios de uma casta que nós sabemos que elegeu essa oposição, que diz que protege o povo, mas, na verdade, só protege os interesses corporativistas. Por isso hoje a minha fala nem é para falar da oposição. Não perderei tempo falando de PCdoB, PT e PSOL, porque desses eu já vi que só vem hipocrisia. Eu venho a esta Casa para falar dos vereadores que ainda estão indecisos em relação ao seu voto e que sabem que temos um prefeito e um governo comprometido com a austeridade fiscal da nossa Prefeitura. Ele já disse que não vai faltar com o salário do trabalhador nem com a aposentadoria, por isso, se for necessário majorar as alíquotas para manter a saúde financeira deste Município, ele o fará.

Eu gostaria de finalizar a minha fala falando, novamente, como Margaret Thatcher: nós sabemos que, para cada pessoa que não trabalha no nosso Município, alguém estará trabalhando por ela. Prefeito, siga em frente na sua conduta de austeridade fiscal e prosperidade para a nossa cidade, que aqui nós temos 36 vereadores. Alguns ainda defendem uma minoria corporativista, mas tenha certeza de que existem ainda três votos da Mesa, e muitos refletirão e pensarão se não é hora de estarmos trazendo a conta para vir na aposentadoria, que nós sabemos que virá em longo prazo numa construção, e não agora, com uma majoração de alíquotas em que será necessária uma austeridade fiscal. Eu tenho certeza de que vereadores aqui da Casa sabem que o prefeito está comprometido com a política da saúde financeira. Eu finalizo colocando essa fala que, de certa maneira, foi um pouco dura, mas nós sabemos que ainda temos chance de passar a previdência nesta semana nesta Casa. É isso que o prefeito veio fazer, é isso que os secretários vieram fazer e é isso que o vice-prefeito veio fazer. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Giovani e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI e COLETIVO (PCdoB): Mais uma vez, gostaria de cumprimentar o conjunto dos colegas vereadoras e vereadores desta Casa; nosso

Presidente, Ver. Márcio; prefeito Sebastião Melo; eu inicio a minha fala dialogando com alguns colegas que questionaram a postura dos vereadores de oposição. Todos e todas nós aqui disputamos a eleição, e a eleição nos colocou dentro desta Casa em condições distintas. Eu, com bastante orgulho, ocupo hoje a Câmara de Vereadores de Porto Alegre na condição de vereador de oposição e de esquerda. Cabe ao prefeito eleito, prefeito Melo, representar o todo e o conjunto desta cidade; a cada um e a cada uma de nós cabe representar, em especial, os segmentos que nos trouxeram até aqui. Eu falo sobre isso, porque a bancada do PCdoB, eu e o Movimento Coletivo, que eu, com muito orgulho, aqui represento, temos nesta Casa um compromisso, em especial, com o serviço público e com os servidores e as servidoras no município de Porto Alegre. Nós não nos confundimos sobre quais são os compromissos que nós estamos nesta Casa. Quero dialogar com o colega Ver. Janta. Nós, do PCdoB, de forma muito respeitosa, vereador, não dirigimos, não governamos São Luiz do Maranhão, mas nós governamos o estado do Maranhão. Eu quero aqui trazer um exemplo de como nós tratamos os servidores públicos, porque lá os professores estaduais recebem o maior salário entre todos os estados do País. Essa é a nossa demonstração e a nossa sinalização de como lidamos com a relação do governo com o serviço e os servidores públicos. Já o Executivo municipal, me parece, adere à agenda do bolsonarismo. Talvez por isso, nesta Casa, tenha se falado mais em *kit* Covid do que em vacina; talvez por isso muitas vezes se justifique a reforma da Previdência a partir da aprovação, pelo governo federal, por Bolsonaro, também de uma reforma da previdência.

Eu concordo com a vereadora que, aqui desta tribuna, disse que não existe mágica na economia. De fato, não tem. Entretanto, quando nós enfrentamos problemas econômicos e no orçamento do Município, nós estamos diante de quais as opções políticas nós vamos fazer para enfrentar esses problemas. Nós somos contra esse projeto, prefeito Melo, porque ele, na verdade, responsabiliza os atuais servidores do Município pelos erros da Prefeitura no passado. Eu concordo e entendo que, por muitas vezes, o senhor teve como marca o diálogo. Eu acho que isso o diferencia enormemente do ex-prefeito Marchezan. Talvez muitos tenham votado no senhor na expectativa desse diálogo. Outros e outras porto-alegrenses talvez tenham votado enganados pelas *fake news* que marcaram a eleição, como marcaram também a eleição presidencial de 2018. Mas eu tenho certeza de que boa parte dos seus eleitores e eleitoras, ao votarem no senhor, não tinham a expectativa de que o seu projeto político para Porto Alegre fosse uma adesão ao projeto de Bolsonaro. Nesse sentido, não imaginavam ataques, como hoje se colocam aqui em debate, aos servidores e às servidoras públicas. Nós, do PCdoB, sem surpresa para ninguém, somos contrários à reforma da Previdência e a encaramos como uma agressão e um ataque. Diante da pressa que o governo municipal tem de fazer avançar esse projeto, a mesma pressa a gente não encontra na garantia de vacinas para a nossa cidade, por exemplo.

Eu queria finalizar com três perguntas. Uma, indo ao encontro da fala da Ver.^a Reginete Bispo. O Conselho de Administração do Previmpa fala da necessidade de uma auditoria externa nas contas. Qual o encaminhamento que a Prefeitura tem dado em relação ao tema? O mesmo Conselho Administrativo fala da necessidade de

atualização dos dados dos servidores e servidoras. Qual o encaminhamento que a Prefeitura tem dado ao tema? Terminei questionando sobre a resposta à diligência que a Ver.^a Bruna, líder da nossa bancada, que temporariamente não está presente, fez sobre os estudos necessários, na nossa opinião, a respeito dos impactos da pandemia que vivemos nos cálculos previdenciários de Porto Alegre. A resposta que nos foi dada foi apressada, como muitas das coisas que têm sido feitas nesta Casa, e nós gostaríamos de ter a oportunidade de escutar diretamente do senhor. Muito obrigado a todos e todas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Moisés Barboza está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, prefeito, vice-prefeito, secretários, diretores presentes, colegas. Eu estava aqui escrevendo rapidamente, não costumo escrever, mas tenho algumas considerações que devo fazer. O debate aqui não é cem por cento ideológico; prefeito, eu entendo que esse debate foi feito. Os vereadores da oposição que me antecederam falaram do prefeito Nelson Marchezan, mas a gente apresentou uma proposta e ela não foi aprovada, talvez se ela tivesse sido aprovada, nós não estaríamos aqui. Eu acho que as pessoas precisam desmistificar a disputa do poder, não é questão às vezes ideológica. É normal que o sindicato tenha diretores filiados e simpatizantes de partidos políticos, isso é normal. Há uma disputa no poder, em que a oposição quer que este governo não tenha sucesso – eu senti isso nos quatro anos passados –, para poder apresentar uma proposta alternativa, daqui a três, quatro anos, como alternativa para resolver os problemas da cidade; por outro lado, não vamos permitir que o governo atual, seja de que partido for, resolva os problemas da cidade. Isso é uma disputa de poder. Simples.

Neste momento, eu quero fazer algumas considerações rápidas aqui sobre o ex-prefeito Nelson Marchezan, do PSDB, que, realmente, muitas vezes, tentou enfrentar pautas consideradas impopulares, como essa, da reforma da Previdência. Quantas vezes ele veio a esta Casa e disse que recursos são necessários para prestar o serviço público? Quantas vezes, prefeito Sebastião Melo, ele esteve aqui e disse que esse é tipo de projeto é um projeto de cidade, e não de um partido político ou de um governo? O ex-prefeito Nelson Marchezan se esforçou para sanear as contas. Eu ouvi aqui uma vereadora falar que também é normal que tu tenhas uma previsão de contas a pagar e que tu recebas de outro governo, às vezes, um orçamento que não cabe, talvez, dentro dessas contas a pagar. Acho que a Ver.^a Cláudia falou aqui de R\$ 30 milhões ou R\$ 28 milhões; o prefeito Nelson Marchezan e o PSDB, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Ramiro, Ver. Marcelo, recebeu R\$ 380 milhões de déficit e trabalhou para tentar pagar isso, para sanear, pagar os insumos do asfalto, para que pudesse tapar buraco, e nós entendemos muito bem o que o Ver. Ricardo, hoje vice-prefeito, e o prefeito Sebastião Melo, que também foi vereador, estão passando neste momento. O prefeito, através de dedicados secretários e diretores – estou falando ainda do prefeito Nelson Marchezan –, o

secretário Leonardo Busatto, quem comandava o Previmpa, inclusive o Rodrigo estava lá também como adjunto, falo do Leonardo Busatto e não posso deixar de falar do atual secretário da Fazenda Fantinel, como servidores dedicados, apresentam propostas para a cidade de Porto Alegre e ao seu mandatário, a quem está no poder. Eu fico impressionado! Vamos ser sinceros para quem nos acompanha, se alguém estiver nos acompanhando ou vendo a TV Câmara: se algum partido da oposição estivesse aqui, eu não duvido que estivesse apresentando a reforma da previdência, só que a disputa do poder, talvez em alguns partidos – infelizmente no Brasil é assim – que hoje defendem, poderiam, por disputa simples de poder, estar contra a reforma da previdência, porque “é o partido oponente a mim que está no poder”.

Eu encaminho a minha fala rapidamente, dizendo que, nos quatro anos passados, Ver. Mauro Pinheiro, que foi nosso líder do governo, nós ouvimos dos sindicatos “não, não, não, não e não”, e é difícil dialogar com quem diz “não” para tudo e não quer. Eu entendo daí as questões ideológicas dos partidos que esses diretores representam, isso não é ilegal, mas nós temos que falar para a sociedade para que ela entenda o que há por trás disso. O governador Eduardo Leite, muito bem, dito pelo prefeito Sebastião Melo, fez a reforma da previdência, é natural que o PSDB tenha compromisso com a reforma da previdência, inclusive com o voto do então deputado estadual Sebastião Melo. Nós perdemos a eleição para o prefeito Melo, nós perdemos a eleição para o vice-prefeito Ricardo Gomes, e mesmo num momento difícil partidário nosso, o PSDB, a bancada, assumiu compromisso no segundo turno, desde que este governo tivesse compromisso com a cidade, e alguns desses pontos fosse a reforma da previdência.

Para concluir, o PSDB, então, não tem nenhum problema, apesar de ter tido um exercício, prefeito Sebastião, porque a nossa proposta inclusive era mais dura, e na nossa bancada, o Ver. Ramiro inclusive ficou desconfortável com o abrandamento, mas a gente entende que é necessário fazer o possível. Nós aprendemos que, às vezes, ao querer tudo, não se tem nada. Para concluir, Presidente, a bancada do PSDB fez e faz esse debate interno inclusive com o abrandamento da proposta, em nome da cidade e não do governo. O PSDB perdeu a eleição, mas perante à pura disputa de poder, ele não perderá a sua coerência: nós todos votaremos a favor da reforma, porque é um projeto para o futuro desta cidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu tinha feito uma gravação, meu caro Ver. Márcio Bins Ely, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, prefeito e amigo Melo, vice-prefeito Ricardo Gomes, todos os que nos assistem, senhoras e senhores servidores que estão conosco; eu tinha feito um vídeo até para agilizar o processo, como não foi possível ver, rapidamente vamos ver o que conseguimos

apresentar, mas primeiro eu quero fazer um parêntese. Na semana passada, na quarta-feira à noite, eu assisti um vídeo publicado pelo amigo Ver. Jonas Reis, que disse que graças à mobilização eu estaria mudando meu voto; meu caro Ver. Jonas Reis, nada de “graças à mobilização”. Tenho cá meus 46 anos de servidor público, 32 anos de mandato, 68 anos de idade, e quando o Ver. Jonas era ainda criança, eu já estava na Câmara defendendo as pautas dos setores do serviço público, por isso nada de pressão.

Depois eu vou falar outras coisas, mas eu fiquei de dar uma exposição rápida sobre a nossa subemenda, a que assinamos. Primeiro, o PELO não afeta os atuais aposentados; são duas regras no projeto, que são a pontuação e o pedágio, e o PELO reproduz a Emenda constitucional nº 103. Na nossa subemenda, nós vamos começar com a regra de pontos, que é a soma do tempo de contribuição com a idade do servidor. No original, nós tínhamos sempre 100 para servidora e 105 para servidor, passamos para 95 e 100 a soma para aqueles que ingressaram até dezembro de 2003; e para professores, que era 92, baixamos para 87, para professora; e de 100 para 95, para professor.

A segunda regra é a do pedágio: inicialmente, o projeto previa regra de 100% de pedágio, nós conseguimos fazer, até já foi falado, para quem falta até cinco anos, 50%; de cinco a oito anos, 70%; e mais de oito anos, 100%. Conseguimos, numa subemenda, estabelecer um teto máximo de 62 e 65, que seria o máximo que se alcançaria. Além disso, nós conseguimos reduzir uma idade, uma espécie de redução de dois anos para servidores ingressos até 1998, com isso passou de 57 para 55, 60 para 58; 52 para 50 professoras, 55 para 53 professor.

Falando agora na paridade e na integralidade, para quem entrou até 2003, pela regra constitucional: conseguimos baixar cinco anos a idade mínima de servidores e servidoras para alcançar o direito à paridade. Isso, na verdade, precisa ser dito, e repito, estava devendo essa exposição, que foi uma negociação que se fez, estivemos com mais três vereadores; conseguimos o seguinte: o valor do provento para quem está – acima de 2003 –no regime capitalizado, no PELO dizia 100%; nós baixamos, com a subemenda, para 90% das contribuições, conseguimos descartar 10% de reajuste, conseguimos incluir na Lei Orgânica, então conseguimos descartar até 10% o mínimo de contribuições que baixariam o valor dos proventos.

O abono de permanência passou, aprovado pela lei complementar, a garantia do direito adquirido e o incentivo a não aposentadoria, ou seja, incentivo para permanecer no serviço. Como risco, e eu tenho conversado, na Lei Orgânica nós colocamos a única exigência necessária é a idade, as outras regras podem ser por lei complementar, se for definição do valor do provento, o reajuste dos proventos, das alíquotas previdenciárias e do valor das pensões. Então rapidamente, sei que não foi tudo possível, mas foi uma negociação, eu quero agradecer a todos. O Ver. Mauro participou, também o Ver. Márcio Bins Ely e a Ver.^a Cláudia.

Eu quero, nesses cinco minutos que me cederam, dizer o seguinte, fraternalmente, sendo sincero com todos: eu sempre compreendi a importância da negociação como sendo o melhor caminho. Recebi manifestações de oito entidades, apenas uma favorável, de que não deveríamos aprovar o projeto. Meu caro Prefeito

Melo, eu tenho dito, desde o início, com os meus 68 anos de idade, 46 anos como servidor público e 32 anos na Câmara de Vereadores, minha cara e estimada amiga Ver.^a Cláudia, que disse que nós temos obrigação de aprovar o projeto: a minha obrigação é não ser traidor de uma causa pela qual eu luto e apoio há 32 anos na Câmara, e muito mais, não serei traidor do setor público, é a minha história. Não serei, disse para o prefeito e para todos com que conversei, o 24º voto, portanto o meu voto será “não”. Um abraço a todos e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente; Sr. Prefeito Sebastião Melo; Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito; secretários, vereadores e vereadoras; realmente, passar uma tarde ouvindo isto... Prefeito, é melhor ouvir do que ser surdo, porque as besteiras que se ouviram aqui são muitas. Uma delas é a vereadora que chama o prefeito de chinelão. O Ver. Claudio Janta disse muito bem, podem nos chamar de chinelão, só que ela não chamou a nós, ela chamou os eleitores dela de chinelão, porque não tem nada mais ofensivo, lá na base, do que chamar alguém de chinelão. Então, vereadora, com todo respeito, chinelão não é a quem a senhora se dirige; não é a quem a senhora se dirigiu e fez o *card*. Também eu tenho que dizer, ex-vereador Sebastião Melo, que os vereadores do PSOL fizeram igualzinho ao que alguns estão fazendo com Vossa Excelência: abandonaram a sua prefeita durante a campanha. Abandonaram a prefeita durante a campanha porque ela fez muito menos votos do que os vereadores. Isso é abandonar no meio do caminho. Abandonaram a sua candidata para votar noutra. Então o que vamos esperar desses vereadores? Nada! Prefeito Sebastião Melo, o diálogo aqui não é com a oposição, sinceramente, não é. Eu sempre repito que eu tenho respeito pela oposição, mas não tenho esperança nenhuma com esta oposição. Então V. Exa. não perca mais tempo nem em dialogar, nem em comunicar para esta oposição, porque é a mesma coisa, eles não ouvem, ou só ouvem quando querem, só ofendem quando falam. Para que perder tempo para esse tipo de oposição? Não vamos mais perder tempo!

Eu quero aqui me dirigir a dois vereadores, e não me dirijo ao PDT, me dirijo ao vereador-presidente, Ver. Márcio Bins Ely, e ao Ver. Mauro Zacher: não sigam alguns conselhos do seu partido, não sigam. Esses não cuidam de vocês como nós cuidamos, no bom sentido, no sentido de respeitar, no sentido de ajudar que V. Exa. está indo muito bem como presidente. Eu quero dizer aqui ao meu amigo Mauro Zacher, que foi dentro do seu partido que pediram até uma CPI, foi dentro do seu partido que o atacaram, e o atacam todos os dias. Não é fora do PDT, é dentro do PDT que tentam o liquidar, Ver. Mauro Zacher. Meu querido amigo, você tem muito mais tamanho! Ver. Márcio Bins Ely, também tem tamanho, tem identidade, tem trabalho e não precisa do comando ou do pseudo comando de quem quer que seja para dizer “sim” ou “não” para

a cidade. O compromisso desses dois vereadores é com Porto Alegre; Porto Alegre é que espera de vocês uma resposta. A cidade de Porto Alegre é que espera essa resposta! Não estamos aqui esperando nenhum voto da oposição, e digo mais, não queremos voto da oposição, não precisamos voto da oposição. E quero dizer ao meu colega de faculdade, Ver. Ferronato, que se gaba de ter 40 e tantos anos de vida pública: não; V. Exa. tem dois anos de serviço na Secretaria da Fazenda e se aposentou com uma fortuna por mês. Então não venha com esse papo, Ver. Aírto Ferronato, não venha com esse papo, o povo de Porto Alegre vai saber quanto tempo V. Exa. trabalhou na Secretaria da Fazenda e com quanto está aposentado. Vem aqui fazer média; não, chega, terminou! Eu vou mostrar o contracheque do Ver. Aírto Ferronato, eu vou mostrar quanto ele ganha e por quanto tempo ele trabalhou. Aqui não tem bobo. A cidade de Porto Alegre precisa saber, e vai saber, quem é vereador de Porto Alegre e quem é vereador pau-mandado de alguma categoria. Não tem vez para vereador pau-mandado aqui. A população vai cobrar caro, muito caro, e, principalmente, Ver. Aírto Ferronato, V. Exa. será responsável por cobrar tarifa dos aposentados que nunca pagaram, e por culpa sua, Ver. Aírto Ferronato, que tem homofobia pelo número 24... É homofóbico? O Ver. Aírto Ferronato é homofóbico quando tem restrições ao 24.

Então, nós esperamos, sinceramente... Eu me dirijo a dois vereadores valorosos, que têm nome, têm trabalho e têm condições de mostrar para a cidade de Porto Alegre que aqui ainda se tem amor pela cidade, se tem amor pelo dinheiro público, se tem previdência para aqueles que vão se aposentar e garantia para aqueles que estão aposentados. Eu imagino vocês, funcionários públicos aposentados, que estão em casa, que nunca precisaram descontar e, por culpa de um ou dois vereadores, vão ter que começar a contribuir com mais de 20% do seu salário. Isso, sim, vai ficar na conta da oposição e de mais um ou dois vereadores. Não pagar por culpa de dois ou três vereadores irresponsáveis! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Prefeito Sebastião Melo está com a palavra, por 30 minutos, para que possa tecer as considerações e responder os questionamentos dos vereadores.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu gostaria, nobre presidente, que o nobre colega, Ver. Idenir Cecchim, retirasse a expressão “de posição homofóbica”, como ele se referiu ao Ver. Aírto Ferronato, e as ameaças que ele fez em relação a mostrar o seu contracheque. Vejam só, se nós tomarmos essa direção, tem vereadores que recebem, por exemplo, por duas instituições e nós nunca falamos, isso pode criar um problema de enorme exposição da Câmara. Nesse sentido, não se fazem ameaças no microfone, tem que rever as posições dessa natureza. Muito obrigado.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Só uma pequena observação. O Ver. Idenir Cecchim, amigo e meu colega de faculdade, primeiramente encheu de osso

porque chamaram de chinelão; tudo bem, chinelão para mim é chinelo grande. Agora, a mim ele chama de homofóbico, que é, na verdade, sinônimo relativo a repulsão por homossexuais – estou lendo aqui no Google. Nessa eu não me encaixei, jamais me encaixaria e compreendo que não coube a mim nenhuma agressão maior, porque eu não sou, com todo respeito, e o Ver. Idenir Cecchim exagerou. Quando V. Exa. votou contra um projeto de um empresário? Quando V. Exa. me disser isso, eu assumo... E o meu contracheque é público, vamos expor o contracheque de todos, inclusive o de V. Exa. Se eu ganho muito, V. Exa., vendendo não vou dizer o que, ganha três, quatro, cinco, dez vezes mais. Mostre os seus rendimentos, o seu patrimônio e depois eu mostro o meu contracheque, não tem problema nenhum. Vamos nos respeitar. V. Exa. sempre apoiou o empresariado, eu sempre, ou na maioria das vezes, acompanhei aquilo que eu compreendi correto; agora, não vai me fazer trair minha história com quase 70 anos de idade, porque o amigo Cecchim fica um pouco bravo. E também, quanto ao PDT, nada a defender, mas nós precisamos respeitar os partidos. Abraço.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, eu entendo que o Portal Transparência da Câmara está aí, a informação legítima pode ser acessada, e qualquer cidadão que paga impostos pode acessar as remunerações de todos os servidores públicos. Eu me sinto na obrigação de defender o Ver. Idenir Cecchim, que também foi atacado, que é um pagador de impostos, gerador de riqueza. Esse preconceito do empresariado que a gente vê em muitas das falas aqui eu acho que também não cabe. Eu acho que devemos deixar o clima distensionado e fazer aquilo o que o cidadão quer que se faça, que é votar a previdência e tornar a informação pública de quanto isso é danoso para todos nós e o quanto será com a alíquota de 22% por conta de alguns.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Eu assumo a responsabilidade; vocês também.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, eu peço ao ilustro amigo, Ver. Idenir Cecchim, que retire a palavra “homofóbico” que usou em relação ao Ver. Aírto Ferronato, eu vou explicar. Recentemente, há cerca de três meses, o Supremo Tribunal Federal decidiu, e essa decisão vale para todo o País, que a homofobia é um delito, é um crime equivalente ao racismo. O que o Ver. Idenir Cecchim fez em relação ao Ver. Aírto Ferronato é acusá-lo de um delito equivalente ao racismo, decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu peço – e conheço o Ver. Idenir Cecchim, sei que foi no calor da emoção, sei que é uma situação delicada do ponto de vista do enfrentamento – que ele retire essa palavra com relação ao Ver. Aírto Ferronato, não é justo, não é correto e é ilegal. Obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Ver. Pedro Ruas e Ver. Aírto Ferronato, quando me referi foi: “homofóbico em relação ao número 24”, apenas isso. O Ver. Aírto Ferronato não é homofóbico, é evidente que não, mas em relação ao número 24, que ele sempre disse, e disse no seu discurso: “eu não serei 24”.

Vereador Claudio Janta (SD): Presidente, aproveitando o que o Ver. Airto Ferronato falou e o Ver. Aldacir Oliboni também, eu, como vereador desta Casa e trabalhador da iniciativa privada, dirigente sindical e dirigente do Conselho do Senac, peço para o RH da Câmara transformar em público o meu imposto de renda. O que eu ganho está lá, eu exerço o cargo de vereador, sou conselheiro do Senac, secretário-geral do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre e presidente da Força Sindical, está tudo no meu imposto de renda e está liberado para colocar no *site* da Casa. Obrigado.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, não podemos ser seletivos nesta Casa. Quando o Ver. Leonel me chama de racista, aí não tem problema – até a Mesa Diretora recebeu um pedido para que ele reformulasse sua fala. Agora, falar homofóbico não pode, racista não pode, enfim. Vamos nos organizar, e aqui na Casa não tem nenhum vereador, seja Oliboni ou Pedro Ruas, que vai ser corregedor dos vereadores que aqui falam. Ponto final.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Presidente, quero me referir justamente à solicitação de retirada da nomenclatura que o Ver. Idenir Cecchim trouxe, porque, em definitivo, num país que mais mata LGBT, como o Brasil, que sofre violências constantes e cotidianas, não é crível aceitar esse tipo de colocação, acho que é necessário, por respeito a toda a comunidade LGBTQIA+ que sofre com violências, que sofre com descaso, que sofre com negligência e não pode ser retratada desta forma nesta Casa, que é a Casa do Povo.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, o Ver. Pedro Ruas fez uma questão de ordem, evidentemente dirigida à Mesa, dirigida ao Presidente. O Ver. Idenir Cecchim, quando foi usar a palavra, eu confesso que achei que ele ia responder positivamente ao apelo do Ver. Pedro Ruas e retirar o que disse. E não, ele fez quase que uma brincadeira sobre o assunto, que é um assunto muito sério. Quando o Ver. Airto Ferronato, e todos sabem disso, disse publicamente que ele não seria o 24 – não se pode brincar sobre isso –, ele estava adotando uma posição política muito sólida, na qual ele foi muito pressionado para não ter – pressionado não quer dizer no mau sentido da palavra, pois pressão é da política. O Ver. Ferronato, certamente, refletiu sobre esse problema e disse: “Eu não serei o 24”. Eu não darei, portanto, o voto para que se aprove a reforma. Por que estou dizendo isso, Presidente Márcio Bins Ely? Porque é o que eu dizia na minha intervenção, ou se eleva o nível da Câmara, ou isso aqui é um ringue, é um vale-tudo? E se é para ser um vale-tudo, bem, é outra metodologia, não é o debate político qualificado. O vale-tudo é a desconstrução de qualquer possibilidade de diálogo, e o governo, na Câmara, infelizmente, está fazendo isso. Por isso eu, na verdade, reafirmo a questão de ordem do Ver. Pedro Ruas, porque acho que é um desrespeito com o Ver. Ferronato. Muito obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT): Minha questão de ordem, também, Presidente, vai nesta mesma toada. Nós não podemos brincar aqui no plenário com uma coisa séria.

Travestis, gays, lésbicas são assassinados neste País pela homofobia! E vem um vereador na tribuna, líder do governo, brincar com uma coisa séria, atacar o Ver. Ferronato – tens minha solidariedade, Ver. Ferronato. Eu solicito que o Ver. Cecchim retire das notas taquigráficas tudo o que falou relativo ao ataque à homofobia na tribuna. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado a todos e aos que se manifestaram em comparecimento e liderança.

O Sr. Prefeito Sebastiao Melo está com a palavra.

SR. SEBASTIAO MELO: Presidente Márcio, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, com certeza não usarei os 30 minutos, até porque não houve perguntas concretas sobre o tema; houve posições políticas. Eu quero começar essa minha manifestação, recordando uma frase de um grande líder mundial que é Winston Churchill. Ele foi biografado por várias pessoas, mas, em uma das entrevistas, perguntaram a ele sobre a democracia. Ele respondeu: “É o pior regime, exceto os outros”. Essa é a democracia que nós ajudamos a construir, e eu, ainda com meus 18 ou 19 anos, quando muitos de vocês não tinham nascido, estava nas esquinas democráticas da vida, para que esse País voltasse a ter eleições, ter uma anistia, ter uma constituição, que nos trouxe alegria e tristeza ao mesmo tempo. Então eu quero dizer para vocês que eu venho de longe, acredito muito na democracia e acredito no nosso País. Eu quero dizer que eu acredito no serviço público, é insubstituível. Não dá para falar em segurança pública sem serviço público; não dá para falar em saúde sem olhar para o serviço público. Mas, na saúde, parcialmente, já é possível você prestar o serviço público através dos parceiros. E nós temos bons exemplos na nossa Cidade, começando pelo Hospital Vila Nova, pela Santa Casa, pelo Divina. O importante é o serviço público; ele é prestado pelo servidor, sim, muitas vezes, mas também pode ser prestado pelos parceiros. Então, aqui não tem alguém que é inimigo do servidor público.

Eu quero trazer um depoimento para os mais antigos: quando eu estava na vice-Prefeitura, tramitava no Judiciário um processo que vinha desde 2004, 2006, uma ação pública, movida pelo Ministério Público, que dizia respeito ao efeito cascata. O que é o efeito cascata? É que o Ministério Público entendia que a forma de cálculo dos servidores públicos estava errada, porque se calculava em cima dos penduricalhos, os avanços. Esta matéria transitou do primeiro grau ao segundo grau, até chegar ao Supremo, cuja relatora foi a ministra Rosa Weber. Eu me lembro muito bem que, por delegação do então prefeito Fortunati, fui o condutor desse processo. Muitos dos vereadores que estão aqui sabem que foram noites e mais noites, dias e mais dias até que nós construímos um projeto para que não tivéssemos aumento de despesa, mas havia servidores que perderiam 24, 25, 26, 30%. Então, quando eu vejo dizerem: “Olha o Melo é inimigo do serviço público”, sinceramente eu acho que vocês estão sendo injustos conosco. Dos que eu conheço, não tem nenhum governo – eu estava contando agora, está ali, anotado – com nove ou dez servidores no primeiro escalão que são servidores públicos. Eu vou dar exemplo: o Rodrigo Fantinel é um exemplar servidor da

Fazenda, e nunca a Fazenda do Município tinha tido um servidor de carreira como seu secretário; pois ele é secretário do Município de Porto Alegre. O Rodrigo Costa, presidente do Previmpa, também é secretário e é servidor público. O Roberto Rocha, procurador-geral do Município e também é servidor público. O Cesar Sulzbach é procurador do Município e também é servidor público e secretário do Município de Porto Alegre. O Darcy é um grande engenheiro do DMAE e também é secretário-adjunto do DMAE – é servidor público. O Baú, um dos melhores engenheiros que esta Cidade produziu, é um secretário, parceiro de Pablo Mendes Ribeiro na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Este governo não é inimigo do servidor, mas um prefeito, uma administração tem que administrar para a cidade como um todo. Nós precisamos, sim, discutir muitas coisas nesta Casa. Vocês acham correto que 2.400 servidores da educação tenham difícil acesso, sendo que não tenha mais nenhuma escola de difícil acesso na nossa Cidade? Pois assim existe na cidade de Porto Alegre. Ou vocês acham que não tem privilégios no serviço público? Tem em Brasília, tem no Rio Grande do Sul, tem em Porto Alegre. Ou vocês acham que todos que estão em casa estão sendo monitorados neste um ano de trabalho, porque ainda não conseguimos chegar a um sistema de teletrabalho? Eu não tenho nenhum problema com as pessoas trabalharem em casa; agora tem que provar que estão trabalhando. Será que todos realmente estão trabalhando, dos que estão em casa? Dia desses um secretário ligou para uma funcionária de uma secretaria, e ela estava em uma praia em Santa Catarina, dizendo só pensar em voltar para Porto Alegre no ano que vem. Mas está recebendo em dia! Está correto isso, vereadores? A gente tem que discutir isso aqui com muita tranquilidade, por quê? Porque, na verdade, na verdade, o servidor público é para servir ao público. Eu penso que servi ao público por 12 anos nesta Casa, com muita dignidade, como os senhores servem. Penso que servi ao público por quatro anos, transitoriamente, como vice-prefeito, e penso estar servindo nesses esses cinco meses. Agora, será que realmente todos servidores públicos do Brasil precisam ter estabilidade? Eu penso que não! Eu penso que não! Todas as metas que têm nesta cidade de Porto Alegre, todas elas são cumpridas, 100%. Eu lembro aqui nesta tribuna – e quero dizer aos mais novos – quando o plenário lota, a barrosa é sangrada, porque o povo não sabe onde é o Congresso Nacional, nem sabe o que é o Congresso Nacional, mas as corporações sabem! É importante dizer, nesta reta final de alegações, que 65% dos brasileiros são aposentados com salário mínimo; milhares de brasileiros, 40% dos brasileiros são os chamados biscateiros, são aqueles que nem casa têm, que nem identidade têm e que nunca se aposentarão. Eu não vejo nesta tribuna, no Congresso Nacional, defenderem essa gente! Mas para defender quem ganha 50, 60 mil reais, eu vejo muita gente! E o Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social desse pobre que não tem sequer aposentadoria e vai para o benefício continuado? Será que estamos em um tempo de discutir que eles também são gente e são de carne e osso? E aqueles que dormem aqui na Rua da Praia que não tem acolhimento no albergue porque não tem albergue? Por que a gente só discute os 30 mil? Tem gente aí que ganhou na justiça, e o teto é o de desembargador! O prefeito ganha R\$ 19 mil, bruto! Mas tem gente na Prefeitura que, na justiça, ganhou o teto e está aqui fazendo *lobby* para não reformar a previdência. Então

a gente precisa discutir, sim, mas não esperem de nós outra atitude! Chantagem, chantagem? Não, não façam isso comigo! Independente, se fosse aprovado, a Lei Orgânica, obrigatoriamente, teríamos que levar a votação também as alíquotas, por quê? A gente pode até negociar aqui que alguns inativos poderiam ser isentos, porque o que diz a Emenda nº 103? Diz que até um salário mínimo, nenhum inativo paga; no Rio Grande do Sul, todos, a partir de um salário mínimo, começam a pagar. Só de professores, pegamos 100 mil professores na inatividade que não tinham pago, porque, até 2001, não pagaram; começaram a pagar 7,5, foi para 9,5, para 10, e até chegar aos 22.

Dizer que nós estamos propondo as alíquotas porque nós... Não, não! Independente se aprovado o PELO, automaticamente temos que enfrentar as alíquotas. Agora, evidentemente, se nós não temos os 24 votos para votar a matéria, não nos resta outro caminho. A reforma que eu gostaria de fazer era a reforma que o Congresso Nacional fez. Não foi o governo Bolsonaro, o Congresso Nacional é maior que o governo Bolsonaro, e o Congresso aprovou a reforma. A reforma que eu gostaria que esta Casa aprovasse era essa. Mas entendemos a pluralidade desta Casa, dos Srs. Vereadores, tivemos esta compreensão de fazer uma reforma possível. E a reforma possível é esta que nós construímos – por mais que não queiram acreditar, ela foi construída. Evidentemente, temos dificuldade em aprovar, e temos que respeitar o Parlamento. Agora, nós não vamos desistir de tratar das alíquotas, Presidente. Eu quero fazer um apelo aos líderes de bancada de que, Ver. Cecchim, pudessem correr os prazos dentro do Regimento desta Casa o mais rápido possível, que se pudesse se fazer audiência pública, que pudéssemos, então, enfrentar as alíquotas, porque acho ser o que resta para o governo, para a cidade, respeitando profundamente quem pensa diferente. Nós não vamos transformar isso numa guerra. A política é paz, a política é convergência, a política é construção; agora, quero dizer o seguinte, e eu também me dirijo a alguns vereadores que estão muito raivosos: não se faz política com raiva. O ódio faz mal ao hospedeiro, e aqui quem não senta para ouvir não pode ser professor de nada. Eu venho aqui com humildade de quem foi vereador, de quem foi vice-prefeito, de quem foi deputado, de quem, pela vontade popular, foi submetido às urnas. Mas o poder plural da Cidade está nesta Casa, porque aqui os 36 vereadores representam, Cassiá, a pluralidade da Casa; por isso ela é maior do que o exercício do prefeito, do vice-prefeito, correto? Agora, esta Casa vai ter muitos outros projetos – esse é um deles –, outros projetos virão aqui para o debate, e nós vamos, dessa forma, também dialogar, dessa forma vamos construir. Agora, eu ainda acredito, sinceramente, Ver. Janta e demais líderes, que é possível encontrarmos uma solução mediana, e vou deixar aqui expresso o que acho que a gente poderia fazer. Se vocês entenderem que é possível construir o projeto que está aí, com a emenda e com a subemenda, e nós juntos discutirmos a questão das alíquotas, nós topamos fazer essa discussão amadurecidamente, mas também quero dizer, olhando para ti, Presidente, que, se isso não for feito, podemos até perder no voto, mas vamos levar à votação os 22%. Nós estamos abertos aqui a dizer o seguinte: “*O.k.*, trabalha-se um pouco mais”. Eu acho que as entidades deveriam ser reconsultadas; eu acho que merece uma conversa e me coloco

à disposição, junto com o governo, para conversar junto com vocês e com as entidades. Acho que as entidades vão reavaliar se consultarem seus associados, porque uma coisa é pagar 22%, outra coisa é pagar 14%; outra coisa é aquele inativo que nunca pagou, pagar 14% agora; outra coisa é aquele inativo que nunca pagou e que pode, de zero a dois ou três salários mínimos, dizer: “Nós podemos negociar para que ele...”, porque aí teremos condição, porque se você eleva a idade, você vai ter uma arrecadação por mais tempo. Fica aqui esse apelo aos líderes. A cidade tem pressa de enfrentar isso. Nós fizemos todos os gestos, nós negociamos, nós conversamos, nós dialogamos, nós estamos dispostos; agora, eu não tenho mais o que fazer. Se vocês entenderem que há um espaço para reunir os líderes, aqueles que querem construir, até com as entidades, nós estamos dispostos a fazer isso. Agora, não estamos dispostos a fazer isso daqui a dois meses, nós não temos, e não é blefe, números são números; se não tem arrecadação, como é que a gente vai fazer com os serviços essenciais? Ver. Camozzato, o senhor acha correto que eu suspenda o recolhimento do lixo em Porto Alegre? Eu não vou suspender. O senhor acha correto que eu suspenda os 209 contratos com as creches municipais de Porto Alegre? O senhor acha que devo suspender todos os contratos com as entidades que têm assistência social nesta cidade? O senhor acha que eu tenho que suspender o contrato do asfalto desta cidade e todos os 400 serviços que esta cidade tem? Eu não vou suspender nenhum desses serviços. E, se der para pagar, nós vamos pagar os servidores; se não der, vou pedir licença e dizer que não deu, mas vou fazer isso com transparência. Volto a dizer: se a reforma da previdência transitar nesta Casa, se nós conseguirmos, neste ano, que tem uma certa previsão de 100 a 150 milhões, eu pego todas as pendências que têm no governo, que vêm desde 2000, que vêm de 1998, que vêm de 1995, que vêm de 1997, e sento com vocês, junto com o Ricardo, e a gente vai dizer onde é que vamos botar esses recursos. Eu vou dar um exemplo: no Túnel Verde, o Marino, que já está com os seus 70 anos, está lá desde 2000 para resolver o alagamento do Túnel Verde e não resolve. As 19 casas de bombas precisam de 80 milhões para serem recuperadas, quando começa a trovejar nesta cidade, já tem alagamento, e não se resolve alagamento sem recursos, e não se resolve limpar arroio sem recursos, e não se resolve o destino final do lodo sem recursos, e não resolve os moradores em situação de rua sem recursos! Essa reflexão é que, de peito aberto, aqui vem alguém que vocês conhecem, sabem que eu tenho especial atenção com os que mais precisam. Sempre, quando me perguntavam, em vários momentos da eleição, por que eu queria ser prefeito, eu respondia: “Porque eu quero devolver a esta cidade em dobro”, Ver.^a Nádia, em dobro o que ela me deu de oportunidade. Imaginem, um retirante do Centro-Oeste, cheguei nesta cidade em 1978 e fui morar numa casa de estudantes, fui ser chapista em uma lancheria, carreguei caixa na Ceasa de madrugada, fui ser vendedor, gerente de vendas, me transformei num advogado combativo desta cidade, esta cidade me reconheceu três vezes como vereador. O nosso governo olha para todos, mas tem um olhar muito especial para os que mais precisam. Esses dias, visitei o posto de saúde lá da Sampaio, aí saiu uma senhora da vila e perguntou: “Prefeito, o senhor anda fazendo asfalto por aí?” Respondi: “Não. Eu não faço, é a Prefeitura que está fazendo”. Ela disse: “Venha aqui, ande nessa rua”, eu saí

caminhando com ela, e vocês podem passar lá hoje, o asfalto está pronto. A orientação é a seguinte: faz um asfalto aqui na Cidade Baixa, faz na Av. Osvaldo Aranha, mas também faz no Campo da Tuca, faz no Partenon, faz no Sarandi, faz na Zona Leste, faz no Morro da Cruz porque a cidade tem que ser para todos.

Então, quero dizer o seguinte: sinceramente, acho que a democracia amadureceu em muitas coisas, vejo aqui a grandeza da democracia. Disputei uma eleição, no 2º turno, e fui leal ao projeto que defendia, defendi o projeto porque era vice-prefeito. Perdi a eleição, trabalhei como um cão até o final do último dia, quando, na sexta-feira, peguei os dois celulares que tinha, liguei para o Paim – pedi que todos os funcionários, dos 12 ou 13 que trabalhavam no meu gabinete, que todos pedissem demissão –, e perguntei para quem mandava entregar a chave do carro? Eu voltei para a posse, porque achava que era digno voltar para a posse do Paim e do Marchezan, porque eu havia perdido a eleição, mas não havia participado de nenhuma guerra. Voltei a advogar com humildade, não fiquei por aí pedindo para cá para lá, e o povo me fez deputado depois. A primeira pessoa que liguei, quando as urnas abriram, lembro que estava vindo pela Tristeza, para dar entrevista, liguei ao prefeito Marchezan: “Prefeito, a primeira pessoa que gostaria de visitar amanhã, depois de dar uma entrevista na rádio, és tu, porque és o prefeito da minha cidade”. Quando entrei na sala, tiraram fotografia, e pedi que os fotógrafos então se afastassem e eu disse ao Marchezan, ele pode confirmar para vocês: “Marchezan, a cidade é maior do que tu, maior do que eu. Nós dois temos que fazer a transição mais grandiosa que esta cidade já fez”. E assim nós procedemos. Vocês não me viram por aí chorando, tinha dificuldades antes, tem agora, mas quem não sabe a realidade de uma prefeitura não deve nem disputá-la.

Eu posso dizer para vocês que me preparei para ser um bom prefeito. Fui estagiário nesta Casa por 12 anos, e fui um estagiário que andei nesta cidade, tinha uma figura aqui chamada “Melo móvel”, tinha um guarda-chuva grande, que me instalava na cidade, e fui um vereador de raras leis, até porque, se leis resolvessem o problema do Brasil, o Brasil estava resolvido. Sinceramente, acho que o grande papel do Parlamento é ser um bom fiscalizador, e uma boa oposição faz um bom governo. Eu gosto de uma boa oposição, porque uma boa oposição te aponta caminhos. Nesta tribuna, levei sessões até as 3 da madrugada quando o PT era governo. A bancada do PT, muitas vezes, ia jantar na minha casa e dizia: “Melo, muito obrigado, porque tu apontaste coisas que internamente as nossas correntes não permitiam resolver”. Lembro de dois episódios nesta tribuna. Uma vez, eu queria botar luz, tinha combinado com a CEEE – era o governo do Britto –, na Rua Quatorze de Novembro; a Mariazinha era líder, o Verle era prefeito, e eu fui lá e distribui dois mil panfletos dizendo que queriam botar luz. O prefeito disse que não autorizava, porque não tinha regularização fundiária. Vim para esta tribuna, e o povo veio junto, três horas depois, o prefeito autorizou a botar luz. Para mim, essa é a boa política. Outra vez, havia um excesso de celulares para os assessores. Eu obtive a lista, vim para esta tribuna e pedi ao prefeito que ele retirasse os celulares, e o prefeito teve a dignidade, no dia seguinte, cortou mais de 200, 300 telefones porque achou que realmente tinha excesso na Prefeitura. Isso para mim é a boa política. Então, quando alguém diz: “Melo, o vereador da oposição está dizendo que

tem um problema lá”, se tiver problema nesta cidade, eu quero ser o primeiro a saber, porque, se tiver problema, eu vou resolver! Este governo não permite a malversação do serviço público, a correção, a dignidade tem de fazer imperar no nosso governo. A nossa base aqui é no diálogo, nós conversamos semanalmente e nós estamos aqui por convencimento, nós tivemos uma eleição de 1º turno, tivemos uma eleição de 2º turno, e respeitamos profundamente. Nós construímos nas urnas, nas posições políticas, e o somatório da nossa proposta é o somatório daqueles que levaram a eleição.

Eu disse que iria reformar a Previdência e propus, a Câmara pode não aceitar. Vou propor para esta Casa a privatização da Carris, sim, esta empresa levou meio bilhão de reais nos últimos 10 anos e custa 22% a mais na passagem, tem, hoje, 409 funcionários encostados. O cidadão quer uma passagem eficiente, que caiba no bolso dele, que funcione ou quer que seja pública? Também quero dizer que não tive dúvida, há duas semanas, quando, depois de um ano de escolas fechadas, vocês imaginem essas crianças lá da vila popular, que muitas vezes não têm o que comer, moram em casa de chão batido que não tem um banheiro digno, esperaram um ano para as escolas abrirem, alguém querer me dizer que ficar na vila, na casa de chão batido, no esgoto a céu aberto é mais seguro do que estar na escola? Não tive dúvida, disse e fiz. Mandei baixar o decreto para contratar professores da rede privada para botar na escola pública; lugar de criança é na escola e de professor é na escola também! Como não acho correto que aqueles que mais ganham nesta cidade, a Procempa, esteja de greve neste momento. O povo passando fome, pedindo uma marmita na esquina, e aqueles que mais ganham estão em greve. Mandei cortar o ponto, sim, e vou dar zero de aumento, porque seria indigno, como prefeito, fazer isso quando o povo está passando fome nesta cidade. Mas isso é papo reto. Se o outro lado tivesse ganho a eleição, era tudo estatizado, e nós teríamos que respeitar, porque o povo tinha dito isso, mas o povo fez uma inclinação de dizer: “Não, não é para lá que nós vamos”. Então eu não estou vendendo gato por lebre. Nós vamos entregar uma cidade melhor, nós vamos entregar uma vida melhor.

Quero dizer, Ferronato, do carinho e respeito que tenho por ti, fomos companheiros no MDB, construímos juntos muitas coisas boas; o carinho que tenho por cada vereador, o carinho que tenho pelo PDT, pelo Brizola, foi um grande líder brasileiro, o respeito que tenho por aqueles que também têm uma posição liberal. Acho que o nosso governo, se pudesse ter um traço, é liberal social, porque não há proteção social se não tiver desenvolvimento econômico. Só há proteção social num governo se você tiver desenvolvimento econômico. Por isso nós regulamentamos a lei da liberdade econômica, nós não queremos mais papel, nós não queremos mais alvará, nós queremos que o povo tenha direito a trabalhar. Agora já vou dar a resposta para alguns jornais. No início da manhã, me perguntaram sobre a Copa América. Eu disse: “Olha, a Prefeitura está disposta a dialogar, se o governo do Estado entender, se a medicina entender, se não tiver público, tal, nós estamos dispostos a dialogar”. Eu dizer que estou disposto a dialogar é o “Melo é favorável a trazer o jogo para cá”, e todo mundo é contra. A política ficou grenalizada, mais do que nunca, tu não podes ter o direito de dizer que vai dialogar, carimbam dizendo que a tua decisão está dada. Como é que o prefeito da cidade vai tomar uma decisão de uma Copa América? Agora dizer que pode dialogar já

virou motivo de guerra. Mas eu quero a paz, não quero guerra. Por isso, meu Presidente, falei demais, mas acho que também é um pouco daquilo do desejo de voltar a esta tribuna que deu muita alegria, de construções, de divergências e convergências.

Eu quero finalizar, dizendo o seguinte: meus amigos, a divergência verdadeira é muito melhor do que uma convergência falsa. Eu tenho uma capacidade enorme de sentar com aqueles que pensam diferente e construir coisas. A nossa vida foi muito assim. Eu acredito nisso verdadeiramente, às vezes no governo me perguntam: “Melo, por que tu reúnes tanto, por que tu fazes tantas reuniões?” Porque eu acho que as pessoas precisam ter o direito de falar, o governo tem que ouvir e tem que decidir. Governo que só ouve e não decide é governo frouxo, balofo. Mas o governo que decide sem ouvir é governo autoritário. Nós não somos nem uma coisa nem outra. Tenho muito orgulho de ter o Ricardo como vice, não o conhecia, conheci mais na campanha, leal parceiro, leal companheiro, tem sido parceiraço, e tenho dito a ele: tu tens que trotar para ser um vice que trabalhou mais do que o Melo na gestão passada. Ele tem ido bem, tem cumprido excelentes missões. Queria agradecer aos secretários que estão conosco, agradecer a cada vereador, agradecer a cada vereadora. Queria deixar essa reflexão, Presidente, nós estamos dispostos a continuar conversando, nós estamos dispostos a continuar dialogando dentro de um prazo curtíssimo, porque, se não deu para aprovar com os 24 – evidentemente sobre o comando da Casa e dos vereadores o prefeito jamais vai interferir nisso –, vou pedir aos parceiros do governo que toquem rápido também a questão das alíquotas. Porque, se não tem cachorro, caça com gato; se não dá para aprovar o conjunto da obra, nós vamos aprovar... Agora, é o pior dos mundos. Nós aprovamos 22%, as alíquotas, 14% para os inativos, e amanhã ou depois cria-se um clima para aprovar a Lei Orgânica. Bom, aí é o pior dos mundos, porque você está com alíquotas altas e você está... Aí, efetivamente, não é o caminho. Quero dizer que este caminho não é o governo que está escolhendo. O governo escolheu o caminho de encontrar o equilíbrio, mas respeito, não está sendo possível e nós vamos ter que tocar de outra forma. Então, muito obrigado pelo carinho, um abraço, saudações a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o SEI nº 050.00031/2021-53 - Representação de Roberto Robaina em face de Alexandre Bobadra, em razão de possível infração aos artigos 213, *caput* e parágrafo único, c/c art. 217, § 2º, II e III, e 223 do Regimento Interno; arts. 3º, II, “d”; 2º, II e 5º, III, do Código de Ética Parlamentar, e art. 66, II, “c” da Lei Orgânica do Município.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos a presença do prefeito, vice-prefeito, secretários; muito obrigado, até a próxima oportunidade. Tendo em vista o adiantado da hora, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h51min.)

* * * * *